

Flávio Dino pode passar à frente de Moraes na fila do impeachment do próximo Senado

EDITORIAL - PÁGINA 2

Negócio bilionário do Globo/MGM abalado com a MP de Lula contra bets

Chegada da televisão interativa iria turbinar as apostas durante as transmissões esportivas

MAGNAVITA - PÁGINA 15

STF CONDENA EDUARDO BOLSONARO A UM ANO POR DIFAMAR TABATA

O Supremo Tribunal Federal condenou o ex-deputado federal, Eduardo Bolsonaro a um ano de detenção por difamação contra a deputada federal Tabata Amaral (PSB). O caso envolve publicação de 2021 na qual ele afirmou que um projeto sobre distribuição de absorventes parecia atender ao “lobby” de Jorge Paulo Lemann, citado como mentor e patrocinador da parlamentar. A votação terminou em 7 a 3. Também foi fixada multa superior a R\$ 80 mil. Eduardo ainda não se manifestou.

PÁGINA 3



Em 2021, Eduardo citou suposto lobby em projeto sobre absorventes de Tabata Amaral

CÂMARA DOS DEPUTADOS

STF mantém multa de R\$ 30 mil a Pablo Marçal

O Ministro Gilmar Mendes, do STF, rejeitou o recurso de Marçal (PRTB) e manteve multa imposta durante a campanha de 2024, quando concorreu à Prefeitura de SP.

PÁGINA 4

MPF discute acesso à água em aldeias indígenas

O Ministério Público Federal (MPF) realizou visitas técnicas a duas aldeias da Terra Indígena Jaraguá, na capital.

PÁGINA 18

RUDOLFO LAGO

KASSAB DE OLHO NO RIO E EM PERNAMBUCO

CORREIO POLÍTICO - PÁGINA 12

TALES FARIA

NA PAPUDINHA, VORCARO ARMA DELAÇÃO PÓS-ELEIÇÃO

PÁGINA 2

Prefeito questiona Dino por bloqueio do Wi-Fi

Ricardo Nunes (MDB), criticou a decisão do STF de suspender repasses para um contrato de Wi-Fi gratuito.

PÁGINA 4

Nunes promete sancionar veto às bets

Antes do veto de Lula às Bets, Prefeito de SP tinha afirmado que sancionaria o projeto que proíbe a publicidade de bets.

PÁGINA 4

São Paulo vence Corinthians e fica perto da taça do Brasileirão Feminino

Com a vitória por 2 a 1 sobre o Corinthians na Neo Química Arena neste sábado (26), o São Paulo jogará com a vantagem em casa

na partida de volta da final do Brasileirão Feminino A1 em 3 de outubro. O campeão leva R\$ 2 milhões e o vice, R\$ 1 milhão.



Isa fez o gol da virada do São Paulo sobre o Corinthians, na Neo Química Arena

PÁGINA 10

REBECA REIS/STAFF IMAGES WOMAN/CBF

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Vorcaro está feliz na Papudinha, onde ainda prepara delações

Está redondamente enganado quem pensa que Daniel Vorcaro anda deprimido na prisão. Ele está na chamada Papudinha, apelido dado ao prédio do 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal (19º BPM), localizado na área do Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília.

Trata-se de uma unidade militar menor e mais controlada que os presídios comuns do complexo. Serve como alojamento, e também abriga presos com prerrogativas especiais (como policiais militares ou autoridades) em salas de Estado-Maior.

Por lá já se hospedou, digamos assim, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Além de Vorcaro, também está na Papudinha o ex-ministro da Justiça Anderson Torres.

Vorcaro tem lido livros em inglês e anda bastante bem-humorado nos últimos dias, segundo as pessoas com quem conversa. Ele não está por fora dos acontecimentos. Recebe todos os dias para audiências, separadamente, quatro advogados, que não só o mantêm a par dos descaminhos jurídicos de sua vida e de seus negócios, como também dos acontecimentos do país, especialmente no campo político.

MÁRCIO COIMBRA

CEO da Casa Política e Presidente-Executivo do Instituto Monitor da Democracia

Omertà Togada

A sessão do Supremo Tribunal Federal na última terça-feira figurará como um marco desconcertante na trajetória recente do Judiciário brasileiro. Em meio ao acirramento dos debates no plenário, a invocação do termo Omertà — o histórico código de silêncio das organizações mafiosas — pelo ministro Gilmar Mendes, expôs uma fissura preocupante na dinâmica da Suprema Corte. Quando a exigência de espírito de corpo e blindagem institucional é externada mediante analogias dessa natureza, abre-se uma crise de credibilidade sem precedentes, na qual a transparência do debate público parece sucumbir diante da pressão pelo alinhamento corporativo.

Nesse embate, a conduta de André Mendonça sobressaiu-se pela sobriedade. Distante de confrontos ruidosos, sua posição pautou-se pela observância do devido processo legal e pela defesa do debate aberto, fundamentando-se nas normas institucionais em vez de ceder aos constrangimentos de uma pretensa lealdade interna. Em contrapartida, a articulação observada no grupo alinhado ao ministro Alexandre de Moraes — exemplificada pelo pedido de vista do ministro Flávio Dino — soou para ampla parcela da sociedade como o uso tático de expedientes regimentais para postergar deliberações incômodas e arrefecer desgastes políticos. A percepção de que a chicana jurídica é empregada para proteger determinados polos do próprio tribunal corrói a confiança republicana.

Contudo, os desdobramentos dessa tentativa de autoproteção ultrapassam os limites do plenário e repercutem de forma devastadora na política nacional. Ao engajar o governo e

O ex-banqueiro foi transferido para a Papudinha em junho por determinação do ministro André Mendonça, relator do inquérito do Banco Master no Supremo Tribunal Federal (STF). A escolha do local permitia que o ex-banqueiro tivesse maior interação com os advogados enquanto negociava um acordo de delação premiada com a PF e a Procuradoria-Geral da República.

Foi dito, na época, que a cela da Polícia Federal, onde estava desde que começaram as negociações de uma delação premiada, era dedicada a presos de passagem, o que não é o caso do ex-banqueiro, que cumpre prisão preventiva, ou seja, sem prazo determinado.

Ele já apresentou duas propostas de delação premiadas e ambas foram recusadas por não trazerem nada de novo. Seus advogados têm dito que o cliente prepara uma nova proposta. No entanto, o que se tem notado é que ele espera as eleições para, então, definir o escopo do que será dito.

Ou seja, haverá uma proposta de delação caso Luiz Inácio Lula da Silva (PT) saia vitorioso das urnas e outra, caso Flávio Bolsonaro (PL) seja eleito. Delações personalizadas, conforme o gosto do freguês, pode-se dizer assim. Ou nenhuma delação, se este for o interesse do eleito.

Enquanto isso, ele fica à vontade na Papudinha. Pode até preparar recados para o mundo de fora. Quem sabe melhor do que ele o que consta nos seus celulares apreendidos pela Polícia Federal? Das fotos. Das pessoas com quem conversou. Das festas. Dos pedidos de dinheiro.

ministros indicados por Lula — como Flávio Dino e Cristiano Zanin — na linha de frente para blindar Moraes, o Palácio do Planalto compromete seriamente suas próprias pretensões de conquistar mais um mandato presidencial. Essa operação de salvamento atua como poderoso catalisador para o eleitorado, impulsionando decisivamente a candidatura opositora de Flávio Bolsonaro, que protagoniza o duelo contra os arbítrios e as práticas heterodoxas no Supremo. Ao endossar o corporativismo da Corte, Lula pode ter entregado a vitória nas mãos de Flávio Bolsonaro.

O principal vetor desse contraponto reside nas eleições para o Senado Federal. O cidadão compreendeu de forma pragmática que a Câmara Alta é o único fórum constitucional dotado de competência para fiscalizar os excessos e impor limites à atuação do Judiciário. Se antes as projeções indicavam a eleição de uma bancada de direita com aproximadamente 43 senadores, o espetáculo corporativo presenciado nesta semana tende a inflar expressivamente esse número, transformando o pleito vindouro em uma verdadeira consulta popular sobre os rumos da jurisdição constitucional no Brasil.

Mais do que uma disputa partidária, a escolha que se aproxima carrega uma dimensão ética incontornável. Existe uma contradição insanável entre a ética da Omertà — fundamentada no silêncio cúmplice, na corporativização e no privilégio pessoal — e a ética republicana, ancorada na publicidade, na impessoalidade e na submissão irrestrita à lei. Cabe aos eleitores rejeitar categoricamente nas urnas o código mafioso do corporativismo cego invocado pelo Supremo, afirmando em seu lugar a ética da legalidade e o império da Constituição Federal.

EDITORIAL

Flávio Dino vai furar a fila do Impeachment

Cada vez fica claro que a posição do ex-governador do Maranhão, Flávio Dino, é de quem está de passagem pelo Supremo Tribunal Federal. Ele cria um clima irrespirável para a convivência com seus pares. Quem pretende ficar por um longo período, como o jovem ministro Cristiano Zanin, adota uma postura civilizada e respeitosa sem escrachar as relações pessoais.

Na primeira passagem pela magistratura, em Primeira Instância, ele renunciou. Seguiu seu rumo político. Hoje, fica evidente que ele está de olho em 2030 e quer ser o sucessor de Lula. Para isso, tem que trabalhar pela reeleição do atual e octogenário presidente.

A falta de respeito de Dino pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE manifestou-se no julgamento do processo sucessório do Rio, a ponto de irritar a serena ministra Cármen Lúcia, então presidente da Corte. Teve o embate com o ministro André Mendonça na questão de Andrei Rodrigues e, agora, volta a desautorizar o colega em uma decisão sobre o retorno de uma fake news de Lula, a respeito do candidato Flávio Bolsonaro.

Flávio Dino continua acumulando um passivo indenfensável. Não será surpresa se, na próxima legislatura, ele passar à frente do colega Alexandre de Moraes (a quem ele prestigiou ao comparecer na festa de casamento milionária do filho de Moraes e Vivi, em São Paulo, no último dia 26), na lista de ministros a sofrer pedido impeachment pelo Senado. É só abrir a caixa preta das suas decisões recentes no Maranhão: todas para atingir o seu sucessor no governo que, aliás, era seu vice. Até agora se fecha os olhos sobre as barbáries e interferências na política maranhense, usando a sua caneta com a tinta do STF. Se os fatos forem pinçados, sobrarão razões para que ele possa ser questionado sobre o abuso de poder e desvios como magistrado. Além, é claro, do lamentável episódio da quebra do sagrado segredo da fonte, por ter sido flagrado usando carro oficial do TJ-MA para ir à praia. O Maranhão pode ser o princípio do fim do ministro pro-tempore lote do STF.

OPINIÃO DO LEITOR

Primavera

Com a chegada da primavera chega à esperança de chuva para deixar Brasília mais colorida e os gramados cheios de vida.

José Ribamar Pinheiro Filho, Brasília - Distrito Federal

Contribuições por e-mail: marceloperillier@correiodamanha.net.br

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 **Whatsapp:** (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBS Quadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal



Código eleitoral proíbe incitamento a atentado contra pessoas

Justiça suspende propaganda eleitoral com arma de Adrilles Jorge

O TRE-SP determinou a suspensão imediata de propaganda eleitoral de Adrilles Jorge (UNIÃO), vereador de São Paulo e candidato a deputado federal, após representação do Ministério Público Eleitoral. Na peça, Adrilles aparece com um livro em uma mão e uma arma na outra. Ele aponta a arma para a câmera e afirma: “De palavra eu entendo. Mas pra vagabundo que violenta criança não tem palavra, tem bala”, antes de efetuar um disparo. O juiz Ronnie Herbert Barros Soares considerou, em análise preliminar, que o conteúdo pode violar o Código Eleitoral, que proíbe propaganda de incitamento a atentado contra pessoas ou bens. A decisão determina a suspensão da peça na TV, rádio e internet e a retirada do conteúdo do Instagram em 24 horas, sob multa diária de R\$ 1 mil, limitada a 30 dias. Adrilles e a Federação União Progressista serão intimados para apresentar defesa. O mérito da representação ainda será julgado.

Justiça atende pedido de Pavanato contra Luna

O TRE-SP determinou que a candidata da deputada federak, Luna Zarattini(PT) retire, em 24 horas, uma bandeira de campanha amarrada a um poste de sinalização na capital. A liminar atende a pedido do também candidato a deputado federal, Lucas Pavanato(PL), que apontou propaganda irregular em bem público. O juiz Ronnie Herbert Barros Soares também proibiu a reinstalação de materiais em desacordo com a lei, sob multa diária de R\$ 3 mil, limitada a R\$ 90 mil. Luna terá dois dias para apresentar defesa.

REPRODUÇÃO/CÂMARA DE SÃO PAULO



Decisão liminar determinou que Luna retire bandeira em 24 horas

TSE autoriza Bove a usar santinhos com Bolsonaro

O plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu, por maioria, permitir que o deputado estadual Lucas Bove (PL), candidato à reeleição, use a imagem do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em materiais de campanha. A Corte não referendou liminar da relatora Estela Aranha que havia determinado o recolhimento das peças. A divergência foi aberta pelo presidente do TSE, Kassio Nunes Marques. O caso teve origem em ação de Duda Hidalgo (PT), que questionou 50 mil santinhos e wind banners distribuídos em Ribeirão Preto (SP).

Empresário é preso por venda de lotes

Um empresário foi preso preventivamente por manter a venda de lotes no condomínio clandestino Clube Encontro das Águas, em Jacareí (SP), mesmo após ordem judicial para interromper a comercialização. Segundo o MPF, o empreendimento se sobrepõe a uma área de proteção ambiental federal. A Justiça também determinou a apreensão de máquinas e a lacração da guarita do condomínio, para impedir novas vendas no local.

Podem mudar o voto

Pesquisa Datafolha divulgada na sexta(25) aponta que 29% dos eleitores de São Paulo afirmam que ainda podem mudar o voto para governador até o 1º turno. Outros 71% dizem estar totalmente decididos, ante 66% no levantamento anterior. Foram ouvidas 1.610 pessoas nos dias 22 e 23 de setembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Salles fora do Debate

O TRE-SP negou pedido do candidato ao Senado, Ricardo Salles(NOVO) para participar do debate do G1 na última sexta-feira (25). O juiz Ronnie Herbert Barros Soares apontou que Salles tinha 4% na pesquisa usada pelo portal, abaixo dos 5% exigidos, e que o Novo não atendia ao critério de representatividade adotado para o evento.

Ainda sobre uso de armas

Além de Adrilles, o candidato a deputado federal Rubinho Nunes (União) também foi alvo de decisão do TRE-SP por propaganda com arma. A Justiça determinou a retirada, em 24 horas, de vídeo em que ele aponta uma arma para a câmera e dispara contra um alvo ao falar em “caça a criminosos sexuais”. A peça também foi suspensa na TV, rádio e internet.

Metrô na madrugada

O Metrô de São Paulo prorrogou até 31 de janeiro de 2027 a operação 24 horas entre sábado e domingo. Em caráter experimental, as linhas 1-Azul, 2-Verde, 3-Vermelha e 15-Prata funcionarão sem interrupção. Desde dezembro de 2025, a iniciativa contabilizou quase 665 mil embarques nas madrugadas, com média de 15,8 mil passageiros por noite.

Tratamento para ossos

O deputado Paulo Alexandre Barbosa (PSD-SP) pediu ao Ministério da Saúde explicações sobre a decisão de não incorporar ao SUS a vosoritida, usada no tratamento da acondroplasia, condição genética rara que afeta o desenvolvimento dos ossos. O requerimento questiona critérios técnicos e econômicos e o impacto orçamentário da medida.

Caso elefante Sandro

A transferência do elefante Sandro de Sorocaba para o Santuário de Elefantes Brasil, em Mato Grosso, ocorreu após atuação do MPSP. O animal deixou o zoológico municipal em 16 de setembro e chegou ao local dois dias depois. A Justiça determinou a mudança após ação que apontou condições inadequadas do recinto e o isolamento do elefante.



Eduardo citou suposto lobby em projeto sobre absorventes de Tabata

STF condena Eduardo a um ano por difamar Tabata Amaral

Decisão também fixa multa de mais de R\$ 80 mil; julgamento terminou em 7 a 3

Da Redação

O Supremo Tribunal Federal (STF) condenou, na sexta(25), o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) a um ano de detenção por difamação contra a deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP). O julgamento terminou com sete votos pela condenação e três pela absolvição. A Corte também fixou multa superior a R\$ 80 mil.

O processo teve origem em publicações feitas por Eduardo Bolsonaro em 2021, após Tabata apresentar uma proposta relacionada à distribuição de absorventes. Na ocasião, ele afirmou em uma rede social que o projeto parecia atender ao lobby de uma empresa do setor de produtos de higiene e associou a parlamentar ao proprietário da companhia, apresentado por ele como mentor e patrocinador da deputada.

Relator do processo, o ministro Alexandre de Moraes considerou que as declarações atingiram a honra de Tabata. Segundo o ministro, não havia fundamento para afirmar que a parlamentar havia atuado para atender aos interesses de uma pessoa ou empresa. Moraes enquadrou a conduta no crime de difamação, previsto no artigo 139 do Código Penal.

Além de um ano de detenção, a pena estabelecida inclui

39 dias-multa, com cada dia calculado no valor equivalente a dois salários mínimos. O valor total supera R\$ 80 mil. Moraes também entendeu que a pena não deveria ser substituída por medidas restritivas de direitos porque Eduardo estaria em local considerado incerto pela Justiça. O ex-deputado vive nos Estados Unidos.

Acompanharam integralmente o relator os ministros Flávio Dino, Cármen Lúcia, Cristiano Zanin, Dias Toffoli e Gilmar Mendes. O presidente do STF, Edson Fachin, também votou pela condenação, mas divergiu no ponto referente à impossibilidade de substituição da detenção por uma pena alternativa. Os ministros André Mendonça, Luiz Fux e Nunes Marques votaram pela absolvição. Mendonça argumentou que as declarações de Eduardo Bolsonaro estavam inseridas no debate político e protegidas pela imunidade parlamentar. Fux e Nunes Marques acompanharam esse entendimento. A análise havia começado em abril no plenário virtual do STF, mas foi interrompida após pedido de vista de Mendonça.

Eduardo Bolsonaro ainda não havia se manifestado sobre a nova condenação até a publicação desta reportagem. O Correio da Manhã aguarda posicionamento.

ANDRÉ SOUZA/CORREIO DA MANHÃ



Prefeito de São Paulo em evento do Republicanos na capital

Ricardo Nunes promete sancionar veto à publicidade de bets em SP

Antes do Presidente Lula acabar com as Bets no país, em anúncio feito na última sexta-feira (25), o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), tinha afirmado que sancionaria o projeto que proíbe a publicidade de casas de apostas na capital paulista se a Câmara Municipal aprovasse a proposta em segunda votação. O texto passou em primeiro turno na quarta (23). A proibição abrange anúncios diretos e indiretos de apostas esportivas e jogos de azar online em eventos públicos ou privados na cidade. Também alcança espaços do transporte coletivo e áreas sob administração municipal. A proposta determina que a Prefeitura promova campanhas sobre os riscos financeiros e à saúde mental associados às apostas. A questão principal agora é saber se o projeto aprovado terá validade, uma vez que as bets passariam a ser proibidas em todo o território nacional.

Prefeito questiona Dino por bloqueio do Wi-Fi

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), criticou a decisão do ministro Flávio Dino, do STF, de suspender repasses para um contrato de Wi-Fi gratuito na periferia. Segundo Nunes, o serviço é pago com recursos municipais e não envolve emendas federais, objeto do inquérito conduzido pelo ministro. A Prefeitura pediu esclarecimentos ao STF. O prefeito também contestou suspeitas de irregularidades na contratação e afirmou que a medida pode afetar mais de 3 mil pontos de acesso à internet em SP.

VICTOR PIEMONTE/STF



Flávio Dino suspendeu repasses para contrato de Wi-Fi gratuito

Heliópolis recebe 1.275 escrituras de imóveis

A Prefeitura de São Paulo entregou escrituras de imóveis a 1.275 famílias da Gleba K, em Heliópolis, na zona sul, nesta sexta-feira (25). A distribuição ocorreu no CEU Meninos, pelo programa Escritura na Mão. Segundo a administração municipal, os títulos já foram registrados em cartório e formalizam a propriedade das moradias em nome dos beneficiários. A entrega integrou uma agenda de ações da Prefeitura de São Paulo na região do Ipiranga. A iniciativa de regularização recebeu investimento de R\$ 3,5 milhões.

Regularização soma 101 mil títulos na capital

Segundo a Prefeitura, a capital superou os 101 mil imóveis regularizados desde 2021. Desse total, mais de 49,3 mil tiveram a documentação concluída entre 2025 e 2026. A Secretaria Municipal de Habitação atua na regularização de núcleos urbanos consolidados, enquanto a Cohab-SP emite escrituras definitivas dos empreendimentos sob sua responsabilidade. A Cohab-SP adquiriu o terreno da Gleba K em 1987.

Nunes veta Zona Azul

O prefeito Ricardo Nunes vetou o projeto que dispensava oficiais de justiça do pagamento da Zona Azul durante o serviço em São Paulo. A proposta, aprovada pela Câmara, é de Celso Giannazi (PSOL) e Gilberto Nascimento (PL). A categoria diz que usa seus veículos próprios para cumprir mandados e arca com o estacionamento.

Câmara decide futuro

A Prefeitura alegou que a concessão do estacionamento rotativo exige compensação para gratuidades. Ainda apontou a falta de estimativa do impacto nas contas públicas e questionou o prazo de regulamentação prevista. A associação dos oficiais criticou a decisão. O veto já volta à Câmara e pode ser derrubado por maioria de vereadores.

Flávio cita Nunes

O prefeito Ricardo Nunes (MDB), minimizou a fala do senador Flávio Bolsonaro (PL) sobre uma ida dele a um hospital veterinário municipal. O comentário ocorreu durante uma transmissão de campanha com a participação do governador Tarcísio de Freitas. Nunes havia mencionado a inauguração da unidade quando Flávio fez a brincadeira.

Prefeito avalia fala

Nunes afirmou ter entendido a fala como um elogio à qualidade do atendimento oferecido aos animais pela Prefeitura, e não como uma ofensa. Flávio fez o comentário enquanto o prefeito conversava com Tarcísio sobre o novo hospital. Nunes já atua como um dos cabos eleitorais do senador em São Paulo na campanha presidencial de 2026.

STJ nega liberdade

O ministro Rogerio Schietti Cruz, do STJ, rejeitou o habeas corpus apresentado pela defesa do ex-vereador paulistano Milton Leite contra a prisão temporária na Operação Decurio. A investigação apura a suposta infiltração do PCC em empresas de ônibus no estado. Segundo o relator, a Justiça de São Paulo fundamentou a necessidade da medida.

Apuração mira ônibus

A defesa contestou a forma como a prisão foi decretada e alegou falta de necessidade e proporcionalidade. Para o ministro, a custódia permite a coleta de provas em uma investigação complexa. Milton Leite é suspeito de operar empresas ligadas à facção e de ser o dono de fato de uma delas. O STJ não analisou o mérito das acusações.



Marçal é multado após acusar Nunes de conduta criminosa

STF mantém multa de R\$ 30 mil a Pablo Marçal em SP

Recurso sobre acusações no pleito de 2024 foi rejeitado pelo Supremo

Da Redação

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou um recurso de Pablo Marçal (PRTB) e manteve a multa eleitoral de R\$ 30 mil imposta ao ex-candidato à Prefeitura de São Paulo. A multa decorre de publicações feitas durante a campanha de 2024 em que associou o então adversário Ricardo Nunes (MDB) ao caso conhecido como máfia das creches.

A decisão foi tomada em 26/08 e transitou em julgado em 22 de setembro. Os autos foram encaminhados ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A multa é destinada ao Fundo Partidário; não se trata de indenização paga ao prefeito.

Em redes sociais, Marçal afirmou que Nunes e familiares teriam recebido recursos ligados à alimentação escolar. Também atribuiu ao prefeito a apropriação de R\$ 1 bilhão no suposto esquema e alegou que ele seria preso se não ocupasse o cargo. As afirmações integraram a disputa pela Prefeitura, vencida por Ricardo Nunes.

Ao analisar o recurso, Gilmar Mendes considerou que as publicações ultrapassaram os limites da crítica política e atingiram a honra. O ministro levou em conta a divulgação em plataformas de amplo al-

cance, perto da data de votação, e o potencial de influenciar a percepção dos eleitores, caracterizando o conteúdo divulgado como propaganda eleitoral negativa.

A fundamentação da decisão também distingue suspeitas investigadas de condenação criminal. Nunes chegou a ser alvo de apuração relacionada ao caso das creches, mas não recebeu condenação definitiva. O inquérito sobre sua participação foi arquivado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) em agosto de 2025. A multa aplicada a Marçal se refere ao conteúdo divulgado na campanha, e não constitui julgamento do prefeito sobre os fatos investigados.

A investigação da chamada máfia das creches começou em 2019. Segundo a PF, entidades responsáveis pela gestão de unidades conveniadas com a Prefeitura de SP teriam participado de irregularidades que incluíam superfaturamento e emissão de notas fiscais falsas. A apuração examinou a movimentação de recursos públicos destinados à educação infantil entre 2016 e 2020.

Pablo Marçal ficou fora da disputa presidencial de 2026 após o TSE torná-lo inelegível até 2032 por uso indevido dos meios de comunicação.



Alexandre Padilha durante a visita ao hospital campineiro

Ministro entrega acelerador de R\$ 9 milhões ao Boldrini

O Centro Infantil Boldrini recebeu um acelerador linear, equipamento direcionado ao tratamento radioterápico de crianças e adolescentes com câncer. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, esteve em Campinas para acompanhar o funcionamento do aparelho no hospital filantrópico. Visitou a infraestrutura do local, conversou com dirigentes e profissionais da unidade e ressaltou a capacidade do centro, que atende pacientes locais, do interior paulista e de outros estados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Informou que o dispositivo conta com um simulador similar a um tomógrafo para o planejamento cirúrgico. A atividade em Campinas fez parte de uma agenda oficial pelo estado de São Paulo, iniciada em São José dos Campos, na abertura do Centro Especializado em Reabilitação (CER III), e encerrada na capital paulista em compromisso com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Equipamento é o único em Campinas

O acelerador custou R\$ 9 milhões à União. Já as adequações da sala custaram R\$ 1 milhão, pagas pelo hospital. Sobre os repasses, Padilha afirmou: “Os recursos estão aumentando. A gente criou uma nova tabela, que tem especialistas. Serviços de radioterapia, como esse, que funcionam em três turnos, recebem 30% a mais do que outros serviços”. Segundo o médico, o acelerador é único na cidade. Preciso, o equipamento reduz a exposição dos tecidos ao redor do tumor.

PREFEITURA DE CAMPINAS



Hospital infantil trata cânceres e doenças hematológicas

Rouanet da Saúde

“Esse novo equipamento é o que há de mais moderno no tratamento de radioterapia, e ele está aqui agora pelo SUS”, declarou Padilha. “Nós também incorporamos 23 tipos de medicamentos para o tratamento do câncer, que às vezes eram bancados pelos hospitais, e prorrogamos um programa chamado Pronon (Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica), que é um programa que faz a captação de doações privadas — como se fosse uma Lei Rouanet da saúde”.

O Hospital

O Boldrini possui 77 leitos, sendo oito de terapia intensiva e seis para transplante de medula óssea. Criado em 1978 para tratar câncer infantil e doenças hematológicas, é atualmente o maior hospital especializado em câncer pediátrico da América Latina. Os pacientes, 80% do SUS, recebem tratamento com duração média de dois anos.

PINGA-FOGO

IA na Administração

A Câmara vota nesta segunda-feira (28) o projeto de lei que estabelece aviso à população sobre o uso de inteligência artificial na Administração Pública. A matéria volta à votação, em primeira das duas análises, após a apreciação ter sido inviabilizada na última quarta-feira por falta de quórum, quando só 16 dos 33 vereadores estavam presentes.

Transparência

A proposta abrange órgãos, setores e departamentos que exercem funções em nome do município. O objetivo consiste em permitir que o cidadão identifique imediatamente quando determinada demanda governamental contou com suporte tecnológico, sem precisar ter que questionar a Administração pública a respeito.

Desafios éticos e legais

Teixeira argumenta que a tecnologia na gestão municipal impulsiona a eficiência e a abertura dos serviços, mas, resalta, contudo, que a expansão dessas ferramentas traz desafios éticos e legais. A obrigatoriedade da identificação surge, portanto, como mecanismo para reforçar o controle social e assegurar os direitos dos munícipes.

Governança institucional

O texto defende a instituição de diretrizes de governança para a aplicação responsável da inteligência artificial no poder público, apontando a a necessidade de critérios para evitar abusos e garantir a segurança das operações digitais, alinhando a inovação à responsabilidade na prestação dos serviços à comunidade.

Clareza

A regra é tanto para serviços oferecidos diretamente à população quanto atividades internas da prefeitura. Alcança toda a estrutura da Administração, mas não cria impedimentos para que o Executivo utilize a IA. Determina, entretanto, que a informação sobre o uso da tecnologia esteja disponível de forma acessível.

Transmissão ao vivo

A votação da proposta será durante a 54ª Reunião Ordinária, agendada às 18h no plenário. O público pode acompanhar todos os debates tanto na Câmara quanto pela televisão e pela internet. Os trabalhos contam com exibição ao vivo pela TV Câmara Campinas, com retransmissão pelo Youtube.



Novo emissor da NFS-e já está disponível adaptado ao padrão nacional

Palestra orienta sobre novo emissor da nota fiscal de serviços

Novo emissor da NFS-e entra em nova etapa de adaptação em outubro

Por **Raquel Valli**

A Secretaria Municipal de Finanças promove na terça-feira (29) palestra gratuita para orientar contribuintes sobre o novo emissor da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e).

O encontro será das 18h30 às 20h no Auditório do Centro Administrativo e Esportivo dos Contabilistas. Tratará das mudanças na emissão das notas durante a adaptação ao padrão nacional e à Reforma Tributária sobre consumo.

A atividade será realizada em parceria com a Federação dos Contabilistas do Estado de São Paulo (Fecontesp) e terá participação de servidores do Departamento de Receitas Mobiliárias (DRM). Durante uma hora e meia, serão apresentados o funcionamento do novo sistema, os procedimentos para emissão das notas e o cronograma de implantação. Também haverá espaço para esclarecimento de dúvidas.

O novo emissor da NFS-e de Campinas já está disponível e foi adaptado ao padrão nacional. A ferramenta passou a reunir campos para informações relacionadas ao ISS, ao IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e à CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), tributos que fazem parte da transição prevista pela Reforma Tributária.

Durante a fase de adaptação, o sistema atualmente utilizado pelo município continuará disponível. A migração ocorrerá de forma escalonada, conforme o cronograma definido para cada grupo de contribuintes.

A próxima etapa começa em 1º de outubro. A partir dessa data, o novo emissor será obrigatório para os serviços sujeitos ao ISS incluídos na lista da legislação nacional. A regra tem exceção para atividades que receberam prazo específico para dezembro. A palestra também vai detalhar as diferentes fases de implantação e as mudanças que deverão ser observadas pelos contribuintes na emissão dos documentos fiscais. A orientação busca antecipar dúvidas antes do início da obrigatoriedade.

O encontro dispõe de 88 vagas e é aberto a contribuintes e demais interessados em conhecer o novo sistema e as regras de transição.

INSCRIÇÕES

A participação é gratuita, mas depende de inscrição prévia, que deve ser feita pelo site do Sindicato dos Contabilistas de Campinas (https://sindconcampinas.org.br/palestras/novo-emissor-da-nfs-e-de-campinas-ajustado-ao-padrao-nacional/?utm_source=chatgpt.com)

Post de vereadora Paolla Miguel sobre Nossa Senhora Aparecida é removido do X

Paolla questiona remoção de publicação; Dino anula decisão de Mendonça neste domingo e libera publicações

Por **Moara Semeghini**

A vereadora Paolla Miguel (PT) de Campinas teve uma publicação removida do X, antigo Twitter, após questionar uma informação que circulava nas redes sociais sobre o candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) e Nossa Senhora Aparecida. Segundo a parlamentar, o post não afirmava que o candidato pretendia retirar da santa o título de Padroeira do Brasil, mas perguntava se a informação era verdadeira.

“Que história é essa de que Flávio Bolsonaro e seus apoiadores estão articulando tirar o título de padroeira do Brasil de Nossa Senhora Aparecida? Isso é verdade?”, escreveu Paolla na publicação. Após a remoção, Paolla fez uma publicação no Instagram explicando o episódio e afirmou que o mandato foi atingido pela decisão do ministro André Mendonça, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para Paolla, houve censura.

Mendonça determinou a remoção de publicações que tra-



REPRODUÇÃO/@VAIPAOLLA

A vereadora Paolla Miguel (PT), de Campinas, teve removido post sobre Nossa Senhora Aparecida após decisão do TSE.

tem como verídico o boato de que Flávio iria retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil.

“É extremamente preocupante que um simples questionamento sobre um tema tão importante para o povo brasileiro, como o título de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, tenha sido alvo de remoção de postagem por parte de um ministro do TSE. Algumas postagens de católicos que saíram em defesa de Nossa Senhora também foram removidos. Nossa solidariedade a todos os católicos e seguidores de religiões que sofrem algum tipo de intolerância”, afirmou.

DINO DERRUBA DECISÃO

Neste domingo (27), o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, anulou a decisão de Mendonça e determinou o restabelecimento de publicações removidas com base na ordem anterior. A decisão foi tomada a partir de um pedido do ator Antônio Tabet, que teve um post removido. Na publicação, Tabet escreveu que “a família miliciana” estaria atacando Nossa Senhora Aparecida, sem citar o nome de Flávio Bolsonaro. Para Dino, a remoção pressuporia considerar que a expressão “família miliciana” fazia referência a um determinado candidato à Presidência.

O ministro afirmou que não havia grau de certeza suficiente sobre a ilicitude do conteúdo para justificar restrições à liberdade de expressão e religiosa.

ENTENDA A POLÊMICA

A discussão ganhou as redes sociais após um comentário da jornalista Maria Cristina Fernandes, durante o programa ‘Em Pauta’, da GloboNews, na quinta-feira (24): “Tem um movimento na Igreja Católica de reação a uma parcela de evangélicos que está mobilizando um projeto de lei para tirar Nossa Senhora Aparecida da condição de padroeira”. Horas depois, a GloboNews pediu

desculpas e esclareceu que a informação citada se referia a um projeto apresentado em dezembro de 2007 pelo então deputado federal Victório Galli, que foi arquivado em 2008. Em agosto, Flávio afirmou que, se eleito, um de seus atos seria “decretar que o Brasil é do Senhor Jesus Cristo” e não mencionou Nossa Senhora nem anunciou a retirada do título de padroeira do Brasil. Após a repercussão, a campanha de Flávio acionou o TSE, e Mendonça determinou a remoção de publicações que relacionassem Flávio ou sua família à retirada do título da santa. A decisão foi anulada por Dino neste domingo.

Onda de calor atinge pico terça; frente fria traz virada no tempo na quarta

Por **Moara Semeghini**

A onda de calor prevista pelo Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia), que começou neste sábado (26) em Campinas e em seis estados das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do País deve chegar ao pico na terça-feira (29). “As temperaturas ficam bastante altas. A expectativa é de que, na terça-feira, ainda as temperaturas máximas estejam beirando os 35, 40 graus”, afirma a meteorologista, pesquisadora e diretora do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agri-

cultura (Cepagri) da Unicamp, Ana Maria Heuminski de Ávila, sobre os rumos da primeira grande onda de calor da primavera na região de Campinas.

Segundo a especialista, porém, embora os termômetros subam ainda mais no início desta semana, o período de calor intenso já está com os dias contados. “Na quarta-feira já há expectativa de aumento da nebulosidade, com entrada de uma frente fria e possíveis chuvas que podem começar no final da tarde e se estender nos próximos dias.”

De acordo com Ana Ávila,



CARLOS BASSAN/PREFEITURA DE CAMPINAS

Com pico de calor na terça, tempo vira a partir de quarta com frente fria

na quarta-feira o tempo começa a mudar, com chuvas e um declínio importante das temperaturas”, explica a diretora do Cepagri.

A onda de calor atual reflete as características típicas da estação, mas com agravantes

climáticos. “Nós estamos na primavera, quando o sol incide de forma bastante intensa e as temperaturas tendem a subir bastante, acumulando calor na atmosfera. Estamos em ano de El Niño e é esperada uma primavera bem quente, persistin-

do essas condições de períodos com chuvas”, analisa a pesquisadora da Unicamp.

Segundo a meteorologista, o padrão para os meses de outubro e novembro será marcado pela alternância do tempo: “As chuvas podem vir fortes, tempestades localizadas por conta do calor acumulado, alternando com dias de temperaturas bastante altas e ensolarados. Esse é o perfil do que esperamos em outubro, novembro e daí para frente.”

Ana Ávila faz ainda um alerta para o encerramento da estação e a chegada dos meses mais quentes do ano: “Mais para o final da primavera e início do verão, podemos ter ondas de calor ainda mais intensas, com dias quentes persistindo principalmente em função da intensa radiação solar típica do verão”, conclui.

CORREIO
GRANDE CAMPINAS

REPRODUÇÃO/PREFEITURA DE AMERICANA



Cena do documentário sobre dança dirigido por Evaldo Mocarzel

MAC exhibe hoje o documentário
‘São Paulo Companhia de Dança’

O Museu de Arte Contemporânea (MAC) de Americana recebe, nesta segunda-feira (28/9), às 19h30, mais uma Sessão Pontos MIS, com a exibição do documentário “São Paulo Companhia de Dança”, dirigido por Evaldo Mocarzel. A obra convida o público a mergulhar nos bastidores de uma das principais companhias de dança do país. Produzido no Brasil em 2010, o filme tem classificação indicativa de 14 anos e acompanha o trabalho da companhia oficial de dança do estado de São Paulo. A obra revela os ensaios, os bastidores e a dedicação dos bailarinos envolvidos na criação da primeira coreografia do grupo que dá nome ao documentário. O enredo conecta o espectador e a dança ao revelar o esforço e a disciplina que sustentam um espetáculo. A narrativa mostra a rotina de trabalho e o processo criativo coletivo existentes por trás da leveza dos movimentos.

Sistema do Bolsa Família indisponível até 7/10

O Sistema de Benefícios ao Cidadão (Sibec) utilizado pela Prefeitura para administrar os programas sociais, como o Bolsa Família, estará fora do ar de 26 de setembro a 7 de outubro. A indisponibilidade ocorre para viabilizar a geração da folha de pagamentos do Bolsa Família com os novos valores estabelecidos pelo Decreto nº 13.120 de 17 de Setembro de 2026. Os beneficiários podem voltar a procurar o atendimento a partir do dia 8 de outubro no CadÚnico na Prefeitura de Valinhos a partir das 9h.

LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL



Atendimento será retomado no CadÚnico no dia 8/10

Ciclista vence Campeonato Sul-Americano de BMX

O ciclista americanense Tiago Bueno, da equipe Americana Bicicross Clube (ABC), que conta com apoio da Prefeitura de Americana, por meio da Secretaria de Esportes, conquistou o título do Campeonato Sul-Americano de BMX Racing, disputado em Lima, no Peru. A competição foi realizada entre os dias 16 e 20 de setembro e reuniu cerca de 300 ciclistas da América do Sul. No dia 19/9, Tiago sagrou-se campeão sul-americano na prova de BMX Racing pela categoria Junior Men. Já no dia 20/9, venceu a 6ª etapa da Copa Latino-Americana.

Espectáculos selecionados para Festival de Teatro

Estão definidos os espetáculos participantes do CultivArt Fest - Festival de Teatro de Americana, promovido de 8 a 11 de outubro, em diversos pontos da cidade, com entrada gratuita. A programação do festival em 2026 inclui espetáculos, oficinas, rodas de conversa e ações de formação de público, promovendo o encontro entre artistas, grupos, profissionais da cultura e comunidade.

Abandono de idosos I

Sumaré sancionou a lei, aprovada pela Câmara, que institui no município a campanha “Idosos Órfãos de Filhos Vivos”, que será realizada anualmente durante o mês de outubro. A iniciativa pretende ampliar a conscientização da sociedade sobre o abandono e a vulnerabilidade da pessoa idosa, além de incentivar o fortalecimento dos vínculos familiares.

Abandono de idosos II

A campanha poderá ser desenvolvida por meio de palestras, seminários, campanhas educativas, atividades culturais e outras ações destinadas à conscientização da população e à divulgação de assuntos, como direitos previstos em lei, convivência familiar, prevenção de situações de abandono, formas de buscar orientação e proteção, entre outros.

Abandono de idosos III

A proposta reconhece a importância da presença e cuidado familiar na vida da população idosa, chamando a atenção a situações em que, mesmo com familiares vivos, a pessoa idosa pode enfrentar isolamento, ausência de cuidados e rompimento de vínculos. A campanha ajudará a ampliar olhar sobre o envelhecimento com dignidade.

Contêiner de Apoio I

Santa Bárbara d'Oeste, na quinta (24/9), anunciou a implantação de um contêiner que servirá como ponto de apoio para motoboys no Jardim Pérola, na altura do Tivoli Shopping. Na ocasião, o prefeito Rafael Piovezan também sancionou uma lei que estabelece diretrizes para a entrega de encomendas em condomínios.

Contêiner de Apoio II

As novidades foram oficializadas durante reunião no gabinete do prefeito, com a presença do presidente da Câmara Municipal, o vereador Júlio César Kifú, autor da lei, e de cinco motoboys. “Kifú, parabéns pelo trabalho e por levar essa demanda adiante. Essa lei traz mais organização, segurança e valorização aos motoboys”, afirmou o prefeito.

Prestação de contas

Santa Bárbara d'Oeste promove nesta quarta-feira (30), às 14h, audiência pública para apresentação da prestação de contas da Secretaria de Fazenda, referente ao 2º quadrimestre de 2026. A reunião acontecerá no plenário da Câmara Municipal. Serão apresentados relatórios sobre receitas, despesas, investimentos e demais indicadores fiscais do período.



PREFEITURA DE AMERICANA

Americana, inicia revitalizações no Jardim Botânico Municipal

Americana inicia
revitalização
do orquidário e
Jardim Botânico

Intervenções serão realizadas por uma empresa como compensação ambiental

Da Redação

Americana começou o trabalho de revitalização da fachada do orquidário e do Jardim Botânico Municipal “Prefeito Carroll Meneghel”, um dos locais mais queridos e visitados da cidade. O projeto engloba a renovação da pintura das estruturas metálicas dos dois ambientes e a substituição da cobertura do orquidário. As intervenções ocorrerão mediante compensação ambiental por parte da CAPREM Construtora.

Durante o andamento das atividades, a entrada no Jd. Botânico poderá ser alterada temporariamente, de acordo com a necessidade e as condições de segurança no local. Desta forma, os visitantes serão orientados por sinalização sobre o acesso disponível.

O Jardim Botânico foi eleito por voto popular, em agosto deste ano, como uma das Sete Maravilhas do município.

O resultado da votação foi anunciado durante a comemoração de aniversário dos 151 anos da cidade, em uma solenidade realizada na área externa do Paço Municipal. O concurso registrou 1.057 votos e 50 lugares foram apontados pelos participantes.

Com uma área na qual o fluxo de pessoas é alto e

intenso, sobretudo de praticantes de atividades físicas, o equipamento ambiental conta com 100 mil metros quadrados e concentra cerca de 7 mil mudas de espécies arbóreas nativas e exóticas. No espaço, está localizada também a nascente do Córrego do Parque, a qual se estende pela Avenida Brasil.

Para o secretário adjunto de Meio Ambiente, Carlos Zappia, o trabalho de revitalização é fundamental. “As intervenções serão importantes para preservar a estética e a segurança na região da entrada do Jardim Botânico, considerado uma das 7 Maravilhas de Americana. O orquidário é um espaço voltado, sobretudo, à educação ambiental e ao turismo. A revitalizá certamente incentivará a sua visitação”, comentou.

“Estamos empenhados em deixar o local ainda mais bonito e com suas estruturas preservadas para o seu aniversário, que já se aproxima”, Complementa a secretária de Meio Ambiente, Andréa Cristina Gonçalves.

ENDEREÇO:

O Jardim Botânico fica na Rua Abrahim Abraham, s/nº, no Pq. Residencial Nardini, e funciona diariamente, das 6h às 21h, com entrada gratuita.

CORREIO

DAS REGIÕES



Audiência acontece nesta segunda-feira, 28 de setembro

Saúde de Sorocaba presta contas em audiência pública na Câmara

A Secretaria Municipal de Saúde de Sorocaba apresenta nesta segunda-feira (28), às 9h, no plenário da Câmara Municipal, a prestação de contas referente ao segundo quadrimestre de 2026, que reúne os resultados dos meses de maio, junho, julho e agosto. A audiência pública será conduzida pela Comissão de Saúde Pública e contará com a participação do titular da pasta e de sua equipe. A apresentação atende à Lei Complementar nº 141/2012, que determina ao gestor do SUS a apresentação periódica de relatório sobre a execução das ações e serviços de saúde ao Legislativo. A medida também segue a Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê que o Poder Executivo demonstre e avalie, em audiência pública, o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre. O encontro permite ao Legislativo acompanhar os dados apresentados pela administração e a aplicação dos recursos destinados à área da saúde no período.

Sessão Solene ao Dia do Profissional de Ed. Física

A Câmara Municipal de São Roque realiza, na próxima quarta-feira, 30 de setembro, às 18h, Sessão Solene em homenagem ao Dia do Profissional de Educação Física. Sob a presidência do vereador Julio Mariano, o evento será promovido em parceria com o Conselho Regional de Educação Física de São Paulo (CREF4/SP) e o Panathlon Internacional, Distrito Brasil. A cerimônia terá a entrega das Medalhas do Mérito da Educação Física, do Prêmio Benemérito e homenagens a personalidades indicadas pelo Panathlon.



Sessão Solene acontece na Câmara Municipal de São Roque

Sete homenageados pelos parlamentares

As Medalhas do Mérito da Educação Física serão entregues a Fernando Rodrigues Morales, Miguel Buchala, Danilo Cesar Adão, Luis Paulo Carvalho da Silva, Wellinton Fernando dos Santos, José Sérgio de Souza e Gilberto Aparecido Dias Costa. Os homenageados foram indicados pelos vereadores Diego Costa, Danieli de Castro, Thiago Vieira Nunes, Julio Antonio Mariano, Paulo Rogério Noggerini Jr., Luiz Rogério Santos de Jesus e Mateus Taraborelli Foina, respectivamente. Pupo Fernandes receberá o Prêmio Benemérito, por indicação coletiva dos vereadores participantes.

Solenidade aberta ao público

A solenidade na Câmara Municipal de São Roque terá ainda a participação de representantes do CREF-SP e do Panathlon Internacional, entre eles Pedro Roberto Pereira de Souza, Jéssica Cavalcante e Flavio Henrique Corrêa. A população poderá acompanhar a cerimônia presencialmente no Plenário Dr. Júlio Arantes de Freitas ou pelas transmissões no site da Câmara, no YouTube e no Facebook.

Leitura marcada

A Biblioteca Infantil Municipal “Renato Sêneca de Sá Fleury”, no Centro de Sorocaba, recebe na segunda-feira (28), às 14h, a atividade “Entre Linhas e Ideias: café e leitura”. Voltado a jovens e adultos a partir de 15 anos, o encontro propõe uma aproximação com o acervo da biblioteca por meio de leitura, artes visuais e música. É preciso de inscrição.

Ideias e cultura

A programação da Biblioteca Infantil também terá mediação de leitura e debate, com propostas voltadas à reflexão crítica e à troca de ideias entre os participantes. A atividade pretende estimular pesquisas sobre artistas, álbuns, música e história, além de apresentar novas obras e repertórios culturais. A Biblioteca fica na Rua da Penha, 673.

Atendimento móvel

O Cras Móvel estará no Ipanema do Meio, em Sorocaba, na quarta-feira (30), das 9h às 12h, levando serviços gratuitos à população. A unidade ficará na Rua Felipe Moisés Betti Filho, em frente à Sorocard Indústria e Comércio. Entre os atendimentos oferecidos estão serviços socioassistenciais, Cadastro Único e orientações sobre benefícios sociais.

Serviço Social

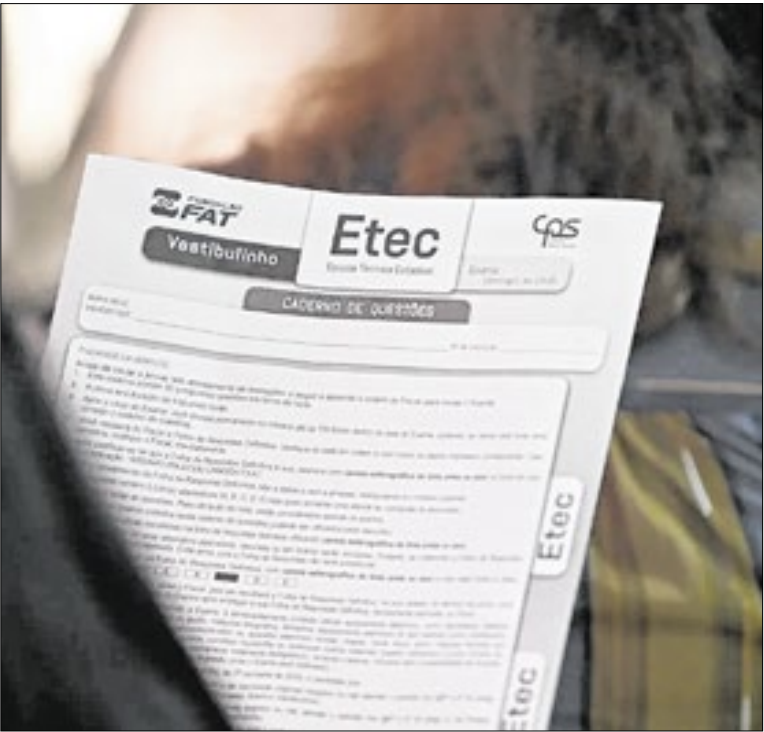
A ação do Cras Móvel busca aproximar os serviços de assistência social dos moradores, levando semanalmente atendimentos realizados pelas unidades fixas do município. A van é equipada para receber a população e oferecer os serviços socioassistenciais. Informações podem ser obtidas de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, pelo telefone (15) 3212-6900.

Consulta animal

O Consultório Veterinário Móvel estará na Vila Nova Sorocaba entre segunda-feira (28) e sexta-feira (2), das 9h às 14h. O atendimento será realizado no estacionamento da UBS do bairro, na Avenida Americana, 351. Cães e gatos de tutores de Sorocaba poderão receber consultas gratuitas, mas as vagas são limitadas e é necessário realizar inscrição previamente.

Saúde dos pets

O serviço móvel oferece consultas preventivas, avaliação clínica, orientações aos tutores, acompanhamento básico de saúde animal e encaminhamentos quando necessários. O atendimento prioriza famílias em situação de vulnerabilidade social que tenham CadÚnico ativo e renda familiar de até dois salários mínimos. Informações pelo telefone (15) 3219-2280.



Candidatos devem anexar laudo médico

Etecs recebem pedidos para atendimento especial

Candidatos com deficiência têm até 30 de setembro para fazer a solicitação

Da **Redação**

Candidatos que precisam de atendimento diferenciado ou que pretendem concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência (PCDs) no Vestibulinho das Escolas Técnicas Estaduais (Etecs), administradas pelo Centro Paula Souza (CPS), têm até 30 de setembro para fazer a solicitação. O pedido deve ser realizado no momento da inscrição para o processo seletivo do primeiro semestre de 2027, exclusivamente pelo site oficial do Vestibulinho, com o preenchimento das informações solicitadas e o envio da documentação comprobatória. A prova será aplicada em 6 de dezembro.

A concessão do benefício depende da análise dos documentos apresentados e do cumprimento dos requisitos previstos nas normas do processo seletivo. O resultado das solicitações será divulgado em 6 de outubro. Os candidatos que tiverem o pedido negado poderão apresentar recurso entre 7 e 13 de outubro. O resultado da análise dos recursos estará disponível em 21 de outubro.

As inscrições para o Vestibulinho seguem até 3 de novembro. Para participar, o candidato deve acessar o portal, criar cadastro com CPF e senha de

segurança, preencher a ficha eletrônica e o relatório socioeconômico, além de escolher o curso e a unidade de ensino desejados. A inscrição será validada somente após o pagamento da taxa de participação, que pode ser feito por boleto bancário, internet banking ou cartão de crédito pela ferramenta disponibilizada no próprio site. A confirmação será enviada por e-mail em até dez dias após o pagamento.

Para os cursos dos Ensinos Médio, Técnico presencial e Integrado, é possível realizar até cinco inscrições diferentes, com um novo boleto para cada opção. O calendário prevê a divulgação dos locais de prova em 2 de dezembro e a realização do exame em 6 de dezembro. A classificação da prova-teste e a convocação para as provas de aptidão serão divulgadas em 15 de dezembro. As avaliações para os cursos de Canto, Dança, Teatro e Regência ocorrerão nos dias 16 e 17 de dezembro. A classificação geral será divulgada em 11 de janeiro de 2027.

Dúvidas podem ser encaminhadas pelo canal “Fale Conosco” do portal do Vestibulinho ou pela Central de Informações ao Candidato, pelos telefones (11) 3471-4071, para Capital e Grande São Paulo, e 0800 772 2829, para as demais localidades.

CORREIO
ECONÔMICO

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



Medida foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União

Fazenda mantém subsídio de R\$ 2,12 ao óleo diesel

O Ministério da Fazenda publicou nessa sexta-feira (25), em edição extra do Diário Oficial da União, uma portaria que assegura a manutenção da subvenção de R\$ 2,12 por litro ao óleo diesel. A Portaria nº 2.946 evita a redução do benefício, prevista para este sábado (26) após o término da vigência da Medida Provisória nº 1.363/2026. De acordo com o ministério, a continuidade da subvenção se deve à persistência da volatilidade dos preços internacionais do petróleo e dos combustíveis. “Como a MP 1.363/2026 encerra sua vigência em 26 de setembro, o Ministério da Fazenda ajustou a portaria para que, a partir de 27 de setembro, o valor de R\$ 2,12 por litro passe a ser estabelecido integralmente”, justificou a pasta. O ministério lembra que a subvenção ao diesel foi criada inicialmente tendo como valor R\$ 1,12 por litro.

Conta de luz voltará à bandeira verde

As contas de luz voltarão em outubro à bandeira verde, sem cobrança de tarifas adicionais, informou nesta sexta-feira (25) a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A bandeira tarifária voltará a vigorar após cinco meses de bandeira amarela, que tem custo adicional de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos. Segundo a Aneel, o retorno da bandeira verde se deve ao aumento no volume de chuvas, em especial nas regiões Sul e Sudeste, o que estabiliza o armazenamento nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL



Tarifa extra da bandeira amarela deixará de ser aplicada

Tesouro Direto bate recorde em agosto

Os investimentos no Tesouro Direto somaram R\$ 15 bilhões em agosto, o maior valor da série histórica do programa. No período, foram realizados 1,32 milhão de operações. Os resgates e vencimentos totalizaram R\$ 17,22 bilhões, resultando em captação líquida negativa de R\$ 2,21 bilhões. O resultado foi influenciado principalmente pelos vencimentos do Tesouro IPCA+ 2026, que somaram R\$ 11,3 bilhões, e do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2026, com R\$ 1,5 bilhão. Os títulos indexados à taxa Selic foram os mais procurados.

Brasil promulga acordo entre Mercosul e EFTA

O Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) foi promulgado na sexta-feira (25) no Decreto Presidencial nº 13.126. O bloco de países europeus é formado por Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça, que não são membros da União Europeia. Já o grupo sul-americano conta com Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai - a Venezuela segue suspensa desde 2017.

Novos preços médios I

Os estados e o Distrito Federal passarão a adotar, em 1º de outubro, novos valores do Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final para combustíveis. O Conselho Nacional de Política Fazendária publicou a atualização no Diário Oficial da União de sexta-feira (25). O preço médio ponderado serve de referência para a cobrança do ICMS.

Novos preços médios II

No Distrito Federal, por exemplo, o preço médio do etanol foi fixado em R\$ 4,46 por litro, enquanto o do gás natural veicular ficou em R\$ 6,78 por metro cúbico. Em São Paulo, o valor de referência do etanol será de R\$ 3,77 por litro. Em Minas Gerais, o do querosene de aviação foi estabelecido em R\$ 8,02 por litro.

R\$ 700 mi em multa I

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, responsável pela regulamentação do setor, aplicou mais de R\$ 700 milhões em multas a nove distribuidoras de combustíveis por causa de aumento abusivo de preço, informou o órgão na sexta (25). As infrações são referentes a dez processos administrativos.

R\$ 700 mi em multa II

No meio da semana, a ANP já havia anunciado que os cinco primeiros julgamentos resultaram em R\$ 200 milhões em multas. A agência reguladora explicou que as multas são decisões de primeira instância, baseadas em autos de infração anotados por equipes de fiscalização, ou seja, as empresas ainda podem recorrer na própria ANP.

Valores esquecidos

Empregados com carteira assinada e servidores públicos que trabalharam de 1971 a 1988 e estão na fila para sacar as cotas do antigo fundo Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público podem reaver o valor. A Caixa Econômica Federal começou a pagar na sexta (25) um novo lote.

Bets bloqueadas

Com a proibição das bets, a partir de medida provisória editada na sexta (25), o governo vai intensificar o combate às plataformas que seguirem no ar no dia 6 de outubro. A partir dessa data, serão considerados ilegais e terão recursos confiscados. “Hoje são 85 sites e cerca de 180 marcas legais”, diz o ministro da Fazenda, Dario Durigan.



RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL

A expectativa do governo é que até R\$ 150 bi em dívidas sejam elegíveis

Saiba como funcionará compra de dívidas pela União

Nova fase de programa prevê desconto de até 90% nos débitos

Da **Redação**

Criada na sexta-feira (25) por medida provisória, a terceira fase do programa de renegociação de dívidas de pessoas físicas, chamada de Desenrola 3.0, traz mudança importante em relação às etapas anteriores.

A União poderá comprar em leilões, carteiras de dívidas inadimplidas e repassar integralmente ao devedor o desconto obtido na operação. Nas fases anteriores, os débitos eram negociados diretamente entre credores e devedores.

A expectativa do governo é que até R\$ 150 bilhões em dívidas sejam elegíveis ao programa, com potencial para beneficiar até 15 milhões de pessoas.

A nova fase será voltada a dívidas bancárias e não bancárias de até R\$ 10 mil, considerando o valor original da dívida.

Para participar da operação, os débitos deverão estar em atraso de 720 dias a 1.645 dias, contados a partir de 25 de setembro de 2026.

Na prática, o processo será dividido em etapas:

1. A União realizará leilões para comprar as carteiras de dívidas.

2. Os credores apresentarão propostas de desconto.

3. As propostas serão classificadas pelo maior deságio oferecido.

4. O desconto obtido pela União será repassado integralmente ao devedor.

5. O consumidor poderá quitar o saldo à vista ou parcelá-lo.

6. No caso de parcelamento, as condições ainda serão definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

QUEM PODERÁ PARTICIPAR?

A MP estabelece como critérios principais:

- Dívidas de até R\$ 10 mil, pelo valor original;
- Inadimplência superior a 720 dias;
- Inadimplência inferior a 1.645 dias;
- Dívidas bancárias e não bancárias.

O Ministério da Fazenda poderá estabelecer critérios adicionais de renda e de priorização dos devedores.

Os leilões poderão ocorrer em lotes e separar as dívidas de acordo com sua natureza, entre bancárias e não bancárias.

O deságio mínimo exigido nos leilões será de 90%, com o desconto obtido na compra sendo integralmente transferido ao devedor.



George Russell liderou a corrida do início ao fim e venceu o GP em Baku

George Russell vence Grand Prix do Azerbaijão em chegada emocionante

O circuito de Baku foi emocionante! Em corrida marcada pela dominância do britânico da Mercedes, George Russell – que não perdeu a primeira posição em momento algum da prova –, o momento da bandeirada quadriculada reservou aos fãs de Fórmula 1 momentos de pura emoção. Isso porque o tetracampeão mundial, Max Verstappen, da Red Bull Racing, aproveitou o acidente de Bottas, da Cadillac, para se aproximar do líder, tendo em mãos o “modo de ultrapassagem”. Na linha de chegada, Russell, que dominou a prova inteira, viu Max Verstappen se aproximar de forma agressiva, fazendo com que uma corrida tranquila para o piloto da Mercedes terminasse sendo decidido por um intervalo de um milésimo de segundo. A vitória de George foi a mais apertada do Mundial desde 2023, e a 11ª da história do esporte. Isack Hadjar, da Red Bull, terminou em terceiro.

Russell segue vivo na briga pelo Mundial

Essa foi a terceira vitória de George Russell na temporada, e a oitava da carreira. Esse resultado também foi importante para as ambições de Russell no campeonato, já que ele conseguiu diminuir a distância para o líder do mundial, seu companheiro de equipe, Kimi Antonelli. George chegou aos 236 pontos, ficando 66 atrás de Antonelli. A distância anteriormente era de 81 pontos. Russell segue vivo na disputa pelo título. Quem comemora essa rivalidade é a própria Mercedes, que disparou no Mundial de Construtores, com 578 pontos.

GETTY IMAGES / RED BULL CONTENT POOL



Red Bull teve Max em segundo e Hadjar em terceiro no Azerbaijão

Polêmica envolvendo Franco Colapinto

O circuito de rua de Baku também ficou marcado por uma série de acidentes. Como de costume, Lance Stroll e Fernando Alonso não terminaram a corrida devido a problemas com os carros da Aston Martin. Alexander Albon, da Williams, e Valtteri Bottas, da Cadillac, bateram no muro em momentos diferentes e também não completaram a prova. Mas a polêmica da etapa foi um acidente ocasionado pelo argentino Franco Colapinto, da Alpine, que tirou seu companheiro de equipe, Pierre Gasly, e Lando Norris, da McLaren, e ele da prova.

Lando Norris pede banimento do argentino

Colapinto escorregou na relargada e acabou batendo em Gasly e Norris. Revoltado com a situação, o piloto da McLaren pediu publicamente a suspensão do argentino. “Acho que a FIA deveria ser mais rigorosa e começar a banir pilotos por esse tipo de coisa”, disse Lando Norris, que também falou que pilotos que cometem esse tipo de erros “não merecem estar aqui [na F1]”. A declaração causou reações diferentes no grid.

Franco pede desculpas

Franco Colapinto pediu desculpas publicamente pelo incidente, que causou dissabores dentro da própria equipe, já que a batida tirou as duas Alpines da prova, impedindo o time de pontuar. “Isso não deveria acontecer. Foi um travamento e ficou completamente fora de controle, então não havia muito que eu pudesse fazer”, disse o argentino.

Punição anunciada

A FIA anunciou a punição para o piloto argentino, que inicialmente foi de perda de 10 segundos. Porém, como ele não conseguiu terminar a prova, a pena foi convertida na perda de cinco posições no grid do próximo GP, que será o Grande Prêmio da Malásia, agendado para o dia 4 de outubro. “Eu realmente não sei nem o que dizer”, disse Gasly sobre o caso.

Briatore decepcionado

“Incidentes assim não deveriam acontecer, ainda mais quando tínhamos bom desempenho e com ambos os carros podendo pontuar. Sinto muito pelo time e pelo Pierre, que fez um ótimo trabalho durante o fim de semana. Também peço desculpas a Lando e à McLaren por termos arruinado a corrida deles”, disse o conselheiro executivo da Alpine, Flavio Briatore.

Tomar providências

“Franco assumiu a responsabilidade pelo ocorrido. Na verdade, ele freou muito tarde, dado o contexto da corrida e o reinício após o Safety Car. Foi uma manobra muito ruim para um piloto com a experiência dele. Quero dedicar um tempo para refletir e considerar qual medida deve ser tomada para que possamos aprender e evitar que se repita no futuro”, concluiu.

Max e Russell discordam

Quem saiu em defesa do piloto argentino foram os pilotos George Russell e Max Verstappen, que não concordaram com os pedidos de suspensão pedidos a Franco Colapinto por Lando Norris. “Na minha opinião, suspensões deveriam ocorrer quando os pilotos fazem algo intencionalmente muito perigoso e imprudente”, disse George Russell. Max endossou a fala.

Verstappen quer segurança

Max também se posicionou sobre os GPs de Qatar e Abu Dhabi. O piloto disse à viaplay que as etapas não deveriam ocorrer em meio à guerra. “Normalmente estaria ansioso para ir ao Qatar e Abu Dhabi, mas quando você sabe que há uma guerra acontecendo nas proximidades... não acho que deveríamos ir para lá. Mas isso está fora do meu controle”, disse.



Isa fez o gol da virada do São Paulo sobre o Corinthians, na Neo Química Arena

São Paulo sai na frente na decisão do Brasileirão Feminino

Soberanas bateram o Corinthians, de virada, no jogo de ida das finais

Com a vitória por 2 a 1 sobre o Corinthians na Neo Química Arena neste sábado (26), o São Paulo jogará com a vantagem em casa na partida de volta da final do Brasileirão Feminino A1 no próximo sábado (3).

As Soberanas vão atrás da revanche para levantar a taça pela primeira vez, enquanto as Brabas buscam o oitavo título em sua 10ª final consecutiva.

A PARTIDA

O Corinthians começou o jogo dominando mais os ataques e, aos 4 minutos, um primeiro chute perigoso de Vic Albuquerque saiu por cima do gol. A pressão deu resultado e, aos 10 minutos, Gabi Zanotti abriu o placar, com um contra-ataque que começou pelo lado direito e terminou no cruzamento de Vic para a atacante cabecear.

A resposta das Soberanas veio 8 minutos depois, com a Serrana pela direita, que, em uma tabela com Aline Milene, colocou na área para Crivelari empatar o jogo. A partir dos 30 minutos, o São Paulo criou mais oportunidades em busca da vantagem.

Em uma saída errada da defesa corintiana, Robinha interceptou e chutou de fora da área, mas a bola saiu pela lateral. Depois, Bruna Calde-

ran encontrou espaço e fez um excelente passe para Isa, que chutou cruzado para fora. Antes dos acréscimos, Serrana arriscou também de fora da área, mas a bola parou em Nicole.

A goleira do Corinthians fez boas defesas no início do segundo tempo, incluindo um rebote aos 10 minutos, mas o time não conseguiu segurar o ritmo ofensivo das visitantes. Com 22 minutos, aproveitando mais um erro de saída da defesa, mas, dessa vez, no meio de campo, Isa disparou pro ataque e fez o segundo do São Paulo.

Nem mesmo a virada calou a arquibancada, que, embalada pela Gaviões da Fiel, vibrou cada ataque e defesa das Brabas do início ao fim. Estiveram presentes 21.871 torcedores, público que superou a partida da semifinal, contra o Bahia, no mesmo estádio, marcando assim o recorde das competições nacionais femininas em 2026.

MILIONÁRIAS

Neste ano, a premiação é de R\$ 2 milhões para o campeão e R\$ 1 milhão para o vice. Os 18 clubes que disputaram a 1ª fase receberam R\$ 720 mil (valor que é o dobro do ano anterior) como cota de participação.

CORREIO
NO MUNDO



REPRODUÇÃO ONU

Teerã ofereceu reabrir estreito de Hormuz em troca de alívio econômico

Estados Unidos rejeitam cessar-fogo proposto pelo Irã

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou no sábado (26) que rejeitou uma proposta do Irã para um cessar-fogo de sete dias. A proposta envolvia a reabertura do estreito de Hormuz durante o período em troca do fim do embargo econômico imposto por Washington e reiniciaria as negociações de paz.

“Rejeito a proposta deles”, disse Trump a repórteres do lado de fora da Casa Branca. Os iranianos “querem um acordo para abrir o estreito imediatamente porque estão perdendo terreno de forma espetacular”, afirmou o presidente. “Eles querem um acordo, e tudo bem para mim. Eu também gosto de fazer acordos.”

Em quase 7 meses de guerra, a posição do americano mudou reiteradamente. A começar pela própria duração do conflito, que Trump prometeu que seria de poucos dias.

Americano ameaça “aniquilação” do Irã

Em várias ocasiões, o presidente afirmou que estava perto de um acordo com Teerã, para horas depois ser desmentido por autoridades do regime. E sua declarada disponibilidade a fazer acordos contrasta com ameaças também repetidas de aniquilação do Irã.

Segundo autoridades americanas ouvidas pelo Wall Street Journal, o republicano teria dito a assessores que espera retomar os bombardeios contra o rival após as eleições legislativas de novembro.

KHAMENEI.IR VIA WIKIMEDIA COMMONS



Masoud Pezeshkian diz que Irã não abrirá mão do programa nuclear

Nova campanha de bombardeios é “provável”

A proposta de Teerã previa que os EUA suspendessem o bloqueio naval, descongelassem parte dos ativos iranianos e retirassem sanções às exportações de petróleo. Em troca, o Irã reabriria Hormuz e iniciaria negociações sobre seu programa nuclear. Embora diga publicamente que Teerã busca um acordo e defenda o desmantelamento do programa nuclear iraniano, Trump demonstra em privado ceticismo sobre a disposição do país em atender às exigências americanas. O presidente afirmou a integrantes de sua equipe considerar provável novos bombardeios.

Trump reluta em retomar operações militares

Segundo as autoridades americanas ouvidas pelo Wall Street Journal, Trump reluta em retomar operações militares de grande escala, em parte porque Washington pretende preservar munições, cujos estoques estão diminuindo, para outras possíveis situações. As mesmas pessoas afirmaram, porém, que a posição do presidente pode mudar nas próximas semanas e ser afetada pelo resultado das eleições legislativas.

Trump mira eleições

A proximidade das eleições tornou a guerra particularmente sensível para Trump. O conflito, iniciado em fevereiro, é impopular entre os americanos e ajudou a elevar os preços dos combustíveis e o custo de vida, tema central para os eleitores. Pesquisa Reuters/Ipsos divulgada nesta semana mostrou sua aprovação em apenas 32%, a menor de sua carreira política.

Aprovação em baixa

Apenas 24% dos entrevistados disseram aprovar a forma como ele conduz a guerra contra Teerã, enquanto 17% aprovavam sua atuação em relação ao custo de vida.

No mesmo levantamento, 43% dos entrevistados disseram que votariam nos democratas nas eleições legislativas, ante 35% nos republicanos.

Pedido aos apoiadores

O pleito de 3 de novembro definirá o controle do Congresso e pode dificultar a agenda de Trump nos dois últimos anos de seu mandato caso seu partido perca uma das Casas. O presidente tem tentado transformar a votação em uma espécie de referendo sobre seu governo e pediu a apoiadores que ajam como se seu nome estivesse nas cédulas.

Mediadores em cena

EUA e Irã continuam negociando por meio de mediadores, inclusive sobre a questão nuclear, segundo uma autoridade americana. Qatar e outros países da região tentam reativar as conversas e, em uma reunião, o Irã apresentou a ideia da pausa de sete dias nos combates, de acordo com pessoas familiarizadas com as discussões.

Guarda Revolucionária

Mediadores árabes disseram que diplomatas iranianos apresentaram diferentes propostas para encerrar a guerra e reconheceram o agravamento da crise econômica no país. A Guarda Revolucionária iraniana, por outro lado, afirmou que não considera novas fórmulas para um acordo e que está preparada para uma guerra prolongada, segundo o Wall Street Journal.

Negociações continuam

Apesar da troca de acusações, Trump e o presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, retomaram contatos à margem da Assembleia Geral da ONU. O chanceler iraniano, Abbas Araghchi, reuniu-se com o enviado de Trump Steve Witkoff e com Jared Kushner, genro do presidente. Foram as primeiras conversas diretas entre os dois lados desde o fim de junho.

Na ONU, Rússia condena ações dos EUA na Venezuela e no Irã

Ministro russo discursou na Assembleia Geral; Putin não compareceu novamente

Por **Victor Lacombe**
(Folhapress)

KREMLIN.RU VIA WIKIMEDIA COMMONS



Na sede da ONU, Serguei Lavrov acusa Europa de sabotar paz na Ucrânia

O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Serguei Lavrov, condenou neste sábado (26) as ações militares dos Estados Unidos na Venezuela e no Irã —enquanto, ao mesmo tempo, acusou a Europa de sabotar um acordo de paz na Ucrânia, país invadido por Moscou.

“Em contradição a todas as normas, incluindo as morais, os EUA invadiram a Venezuela e sequestraram seu presidente, Nicolás Maduro, junto da esposa [Cilia Flores]. Eles estão detidos hoje em uma prisão americana, sem julgamento, apesar da imunidade garantida a chefes de Estado pela lei internacional”, disse Lavrov em seu discurso na Assembleia Geral da ONU.

O julgamento de Maduro, que já possui um advogado, está marcado para começar em junho de 2027. Ele é acusado pelos EUA de facilitar o tráfico de drogas, entre outros crimes. “Exigimos sua libertação imediata”, afirmou Lavrov.

O chanceler russo prosseguiu: “É inaceitável que a força tenha sido usada para matar Ali Khamenei e membros da sua família”, em referência ao ex-líder supremo do Irã, país também aliado de Moscou. “A agressão israelo-americana atinge a infraestrutura civil do Irã, incluindo a nuclear”, afirmou —a Rússia também ataca infraestrutura civil ucraniana com frequência, de acordo com as Nações Unidas.

Lavrov afirmou que a Rússia está disposta a cooperar para “estabilizar” o estreito de Hormuz, bloqueado por Teerã desde o início da guerra lançada por Donald Trump e Binyamin Netanyahu.

O ministro de Vladimir

Putin tentou pintar uma imagem de uma Rússia cercada de aliados e parceiros —não isolada do sistema financeiro internacional e dos mercados europeus, consequência das sanções impostas contra Moscou pela União Europeia.

“Os países do sul e do leste global vem, cada vez mais, assumindo sua segurança por conta própria, sempre em respeito ao direito internacional”, disse Lavrov. “Nossos muitos amigos, seja no Brics, seja na Organização de Cooperação de Xangai, são prova disso.”

Sobre a guerra da Ucrânia, Lavrov disse que “ações irresponsáveis” vêm sendo tomadas por aliados de Kiev, em referência a entrega de armas utilizadas contra a Rússia no conflito.

“Em nome de uma suposta contenção da Rússia, os EUA destruíram a segurança europeia e criaram um regime russofóbico em Kiev. Entendendo como isso é fútil, a Europa faz de tudo para sabotar conversas de paz nas quais o governo Trump tem interesse”, prosseguiu.

“O Ocidente entope a Ucrânia de armas, ajudando-a a mirar civis e infraestrutura civil na Rússia. As aspirações [dos EUA e da Europa] de derrotar a Rússia no campo de batalha levam a um beco sem saída estratégico”, disse Lavrov.



Kassab e Caiado: ajuste na aposta feita pelo PSD

Um lustro na bola de cristal do PSD

O presidente do PSD e candidato a vice-presidente da Ronaldo Caiado, Gilberto Kassab, é tido como uma das mais argutas raposas da política brasileira. Para alguns, dono de um faro que lhe permitiria talvez até prever o futuro. Se assim é, no caso dessa eleição presidencial, talvez sua bola de cristal tenha ficado um pouco ofuscada. Segundo a última pesquisa Datafolha, Caiado tem apenas 4% das intenções de voto. Não virou a alternativa de terceira via que se imaginava possível para dar um fim à polarização política brasileira entre o lulismo e o bolsonarismo. Mas talvez a capacidade de Kassab não esteja exatamente em prever o futuro. Mas em se adaptar da melhor forma a ele quando o futuro vai se tornando presente. Neste ponto agora, portanto, o PSD acompanha com lupa as performances de Eduardo Paes, no Rio de Janeiro, e Raquel Lyra, em Pernambuco.

Caiado foi mais uma alternativa de direita

Primeiro, vamos aos eventuais erros. Ao sair das últimas eleições municipais como o partido que mais elegeu prefeitos, o PSD julgou-se capaz de construir uma solução presidencial alternativa. Colocou, então, dois de seus principais nomes, Ratinho Jr. e Eduardo Leite, numa disputa interna. Quando o União Brasil desistiu da candidatura de Ronaldo Caiado, acolheu-o. O nome que Kassab preferia, Ratinho Jr., desistiu da disputa. Ao escolher Caiado, Kassab não ofereceu exatamente uma alternativa mais ao centro.



Paes, caso vença: influência estratégica na República

Olho em três movimentos

Caiado foi mais um outro nome de direita que soou como resposta antiga. Em tempo de polarização extrema, a dubiedade do PSD, com nomes mais opositcionistas e outros aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, talvez tenha também atrapalhado a performance de Caiado. Como posição parecia atrapalhava o MDB até o partido resolver desistir de ter, por isso, candidatos à Presidência. Assim, hora, então, de o PSD corrigir seu rumo nessa reta final da campanha eleitoral. E o partido faz isso com o olho em três movimentos.

Manter liderança em Goiás

Na acirradíssima disputa entre Lula e Flávio Bolsonaro, uma exceção se destaca. De acordo com pesquisa Real Time Big Data de 22 de setembro, em Goiás não é nenhum dos dois que lidera. Nessa pesquisa, Ronaldo Caiado, que governou o estado, aparece à frente, com 31%, embora empatado com Flávio, que tem 30%. Manter essa performance de Caiado em Goiás é um dos focos do PSD nessa reta final.

Ativos governistas

Para além de Goiás, há uma aposta forte em dois ativos que estão mais no atual campo governista: Raquel Lyra e Eduardo Paes. Eleger os dois governadores é o outro foco importante de desempenho do PSD agora. Com uma aposta: a força de influência que poderiam ter num eventual quarto governo de Lula. Ou como contrapontos.

Pernambuco

Na sexta-feira (25), no Recife, Lula deu uma impressionante demonstração da sua força no estado. Oficialmente, a multidão que se reuniu na capital pernambucana apoia o candidato de Lula ao governo, João Campos, do PSB. Mas Raquel Lyra tem suas razões para oferecer ali a Lula um certo palanque extraoficial.

60%

Em Pernambuco, de acordo com Datafolha divulgada na sexta, Lula tem um impressionante percentual de 60% das intenções de voto. Se Raquel Lyra se colocasse contra ele, suas chances provavelmente minguariam, Raquel tem uma situação de empate com João Campos, com ligeira vantagem, diz o Datafolha: 48% a 44%.

Rio

No Rio de Janeiro, o palanque de Eduardo Paes é o oficial de Lula. Num cenário mais desfavorável. Segundo o Datafolha de sexta, Flávio tem 44% e Lula tem 38%. Paes manteve na rodada o mesmo percentual de 43% da rodada anterior. Mas viu seu principal adversário, Douglas Ruas (PL), subir de 25% para 30% das intenções de voto.

Influência

Apostando que Raquel Lyra e Eduardo Paes são os favoritos para vencer as disputas em Pernambuco e no Rio de Janeiro, o PSD aposta que os dois ajudarão a aumentar o poder de influência do PSD na República. Especialmente, claro, se o vencedor para presidente, ao final, for Lula para mais um mandato, diante dos apoios, um oficial.

Quem navega é o mar

No fundo, então, talvez mais que um oráculo, o que Gilberto Kassab de fato seja é mais um navegador no estilo do descrito samba de Paulinho da Viola e Hermínio Bello de Carvalho, “Timoneiro”, que diz: “Não sou eu quem me navega, quem me navega é o mar”. Kassab não prevê o futuro. Procura se adaptar quando vira presente.



Mensagens de celular mostram proximidade de Alcolumbre com Vercaro

Revelações do caso Master chegam à cúpula do Senado

Davi Alcolumbre e Jaques Wagner aparecem em frentes distintas

Por **Beatriz Matos**

O caso Banco Master começa a abrir uma nova camada de investigação. Depois de avançar sobre executivos, advogados, autoridades e órgãos reguladores, o material reunido em torno do ex-banqueiro Daniel Vercaro passou a alcançar também personagens centrais do Senado. Nos últimos dias, o presidente da Casa e do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP), e o senador Jaques Wagner (PT-BA), candidato à reeleição pelo estado, entraram no radar por caminhos diferentes.

No caso de Alcolumbre, mensagens encontradas no celular de Vercaro e divulgadas pela revista Veja revelam uma relação de proximidade entre os dois. Segundo a publicação, são mais de 150 mensagens e registros, com manifestações de amizade e conversas mantidas inclusive em períodos em que o Master enfrentava questões de interesse direto, como a tentativa de venda da instituição ao BRB.

Alcolumbre reagiu afirmando que as mensagens de caráter pessoal “não indicam ilegalidade alguma”. Em nota, a Presidência do Senado classificou a reportagem como um “injusto ataque”, afirmou

que o senador conhece a origem das acusações e anunciou medidas judiciais “para reparação dos danos causados” e “reposição da verdade”.

Jaques Wagner aparece em uma linha diferente. Vercaro afirmou, em uma proposta de colaboração premiada, que um grupo político ligado ao senador na Bahia receberia cerca de R\$ 3 milhões mensais em vantagens indevidas. A proposta foi rejeitada pela Polícia Federal (PF) e pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por insuficiência de elementos de corroboração. Vercaro declarou não ter presenciado o suposto acerto e atribuiu a informação ao ex-sócio Augusto Lima, que nega a acusação.

Outras frentes já são examinadas pela PF envolvendo o senador e pessoas próximas a ele. Documentos da investigação mencionaram negociações de imóvel e outros possíveis benefícios relacionados a pessoas ligadas ao Master. Jaques Wagner nega irregularidades.

Na sexta-feira (25), Jaques Wagner classificou as acusações como “completamente falsas e oportunistas” e “mentiras deslavadas”. Disse nunca ter mantido relação com Vercaro.

Lula e Flávio intensificam ataques na reta final, em busca dos eleitores indecisos

A uma semana do primeiro turno, candidatos apostam em Bets, caso Master e pontos da economia

Por **Gabriela Gallo**

Na última semana antes do primeiro turno das eleições gerais neste domingo (4), os principais candidatos à Presidência da República usam suas últimas cartas antes do fim do período da propaganda eleitoral, nesta quinta-feira (1º).

E em um cenário tão polarizado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) têm intensificado os ataques diretos um contra o outro em suas campanhas eleitorais, estratégia que deve seguir nos próximos dias.

TEMPOS DE FAKE NEWS

Em entrevista ao Correio da Manhã, a consultora de Análise Política Federal na BMJ Consultoria Raquel Alves avaliou que, nos dias finais que antecedem a eleição, as campanhas operam em duas velocidades distintas. “Em um plano ‘formal’ e nas ruas vale a ‘campanha raiz’: presença física nos maiores colégios eleitorais, atos com puxadores de voto, exposição máxima. O outro plano é o universo digital, onde a temperatura vai aumentar mais. E, infelizmente, há o risco de uma semana de boatos e fakenews. Não pelas campanhas oficiais, dado que isso poderia resultar em problemas legais, mas pelas milícias”, afirmou a analista política para a reportagem.

E para além desses dois campos de atuação nas campanhas eleitorais, o cientista político Elias Tavares ainda reiterou que a estratégia das campanhas eleitorais de ambos os principais candidatos mira em “consolidar suas bases, evitar qualquer perda de voto e, principalmente, disputar aqueles últimos eleitores que ainda podem migrar de candidatura”.

“Nisso entra muito forte essa guerra de narrativas. A eleição chega à última semana extremamente polarizada e praticamente todo fato novo passa a ser incorporado imediatamente ao discurso eleitoral”, completou Tavares em conversa com o Correio da Manhã.

BETS

Pode-se citar como exemplo nessa guerra de narrativas a campanha de Flávio



Lula e Flávio trabalham para atrair e não perder votos

Bolsonaro em chamar Lula de “pai das Bets”, referindo-se à chamada Lei das Bets (Lei nº 14.790/2023), sancionada no primeiro ano da gestão 3 do petista.

A legislação regulamentou a atuação de casas de apostas on-line, que antes atuavam na informalidade total operando de fora do país sem autorização nem tributação. Contudo, a Lei deixou brechas. “O texto original deixou margem para a proliferação massiva de jogos virtuais programados de alta volatilidade, que não se comportam como apostas esportivas de quota fixa tradicionais, como o ‘jogo do tigrinho’ e outros cassinos virtuais”, explicou para a reportagem o professor de economia Márcio Salvato.

Diante dessa brecha na legislação, na última sexta-feira (25) o presidente Lula assinou a Medida Provisória (MP) que restringe ainda mais a atua-

ção das Bets. Porém, como a medida ocorreu dias antes do primeiro turno, Flávio Bolsonaro e opositores acusam a medida de eleitoreira.

NOSSA SENHORA

Por outro lado, a militância petista espalhou as redes com informação, negada por ele, de que Flávio Bolsonaro, evangélico, se eleito, retiraria de Nossa Senhora Aparecida do título de padroeira do Brasil.

A situação gerou nova disputa entre ministros do STF. Inicialmente, André Mendonça tinha mandado retirar do ar uma postagem do humorista Antonio Tabet, com menção à questão, a pedido de Flávio Bolsonaro. “A família miliciana odeia tanto mulher preta que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida”. No domingo (27), Flávio Dino restabeleceu a postagem. “Em primeiro lugar, é necessário presumir

e estabelecer como verdade que ‘família miliciana’, usada pelo peticionário, refere-se a um determinado candidato à Presidência da República”, escreveu Dino.

a reportagem, o doutor em História, mestre em Ciência Política e professor de Relações Internacionais do Ibme-c-BH Adriano Cerqueira considerou que, apesar de ambas as campanhas eleitorais de Lula e Flávio atacarem seus adversários, o movimento do petista está partindo para o “tudo ou nada”.

“A ideia é tentar impactar isso, tentar mexer com o eleitorado cristão, que é majoritário. E colocar uma situação de desconforto na candidatura de Flávio”, ponderou Cerqueira.

VOTOS VÁLIDOS

O mestre em Ciência Política considera que, para as eleições de 2026, a campanha

de Lula está mais agressiva e a de Flávio mais. “A gente vê por parte do governo que está tentando a reeleição esse tipo de ação mais agressiva de última hora, no sentido de tentar segurar um ou dois pontos percentuais dos eleitores que estão no movimento de migração [de voto]. Eu identifico isso como uma ação meio desesperada para tentar estancar uma sangria percebida que é essa perda de votos”, afirmou Adriano Cerqueira.

Já Elias Tavares ainda reiterou que, “a essa altura da eleição, uma parcela muito grande do eleitorado já está consolidada, onde Lula e Flávio Bolsonaro têm eleitorados muito cristalizados”. Portanto, “a migração direta de um campo para o outro tende a ser mais difícil”. Diante disso, o foco não é necessariamente migrar o voto de um candidato para outro, mas ir atrás do eleitor que ainda está indeciso, do eleitor de votará em candidaturas menores e do eleitor que, apesar de já ter uma preferência, “ainda pode mudar de candidato ou até decidir não comparecer”.

“Quando os dois primeiros colocados passam a concentrar cada vez mais a eleição, cresce naturalmente o argumento de que o eleitor precisa escolher entre aqueles que aparecem com mais força na disputa. Por isso essa última semana pode não provocar uma transformação completa do cenário eleitoral, mas pode produzir movimentos importantes nas margens. E numa eleição apertada, às vezes não é necessário convencer milhões de pessoas. Uma movimentação relativamente pequena do eleitorado já pode alterar a distância entre os candidatos e até a configuração com que eles chegam ao segundo turno”, destalhou o cientista político.

DEBATE

Para a reportagem, Raquel Alves chamou a atenção para o debate eleitoral na TV Globo previsto para esta quinta-feira.

Flávio Bolsonaro confirmou que comparecerá, ainda que Lula falte. Lula, por sua vez, ainda não deu certeza, embora esteja sendo aconselhado a comparecer.





CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Militares alegam risco de invasões do CV para justificar reformas na Aeronáutica

■ Militares da Aeronáutica alegaram o risco de invasões por integrantes de organizações criminosas, como o Comando Vermelho (CV), para justificar reformas em imóveis funcionais na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro. O argumento foi apresentado em um processo do Tribunal de Contas da União (TCU) que apura possíveis irregularidades em obras realizadas pela Prefeitura de Aeronáutica do Galeão.

■ Segundo a defesa apresentada ao tribunal, os imóveis estão localizados em uma região considerada de alta periculosidade, marcada pela atuação de organizações criminosas. Os responsáveis pelas reformas afirmaram que a situação exigia medidas urgentes para garantir a segurança das instalações e dos militares que ocupavam as residências.

■ Entre os episódios mencionados estão ameaças de morte, invasões, roubos e arrombamentos. A defesa sustentou que a ocupação imediata dos imóveis por mi-



TCU apura possíveis irregularidades em obras da Prefeitura de Aeronáutica do Galeão

litares seria necessária para evitar novas ocorrências e preservar o patrimônio público.

SUSPEITAS DE IRREGULARIDADES

■ O processo analisado pelo TCU investiga indícios de pagamentos por serviços que não teriam sido executados ou que teriam sido

realizados em quantidade inferior à contratada.

■ A apuração envolve a Prefeitura de Aeronáutica do Galeão, responsável pela administração dos imóveis, além de gestores e de uma empresa contratada para a execução das obras.

■ Durante a análise do caso, fo-

ram identificadas possíveis falhas nos procedimentos administrativos e na fiscalização dos serviços. A investigação também apontou dificuldades para comprovar a efetiva execução de parte das intervenções realizadas nos imóveis.

■ Em sua defesa, os responsáveis argumentaram que as condições de segurança da região exigiam providências para permitir a rápida ocupação das residências por militares.

■ O processo também discute a necessidade de assegurar o direito de defesa dos responsáveis pelas irregularidades apontadas. Um dos argumentos apresentados cita decisões anteriores do TCU segundo as quais a condenação de um gestor por fato diferente daquele que motivou sua citação representa prejuízo ao contraditório e à ampla defesa.

■ A discussão envolve a possibilidade de responsabilização dos gestores por falhas administrativas e eventuais prejuízos aos cofres públicos decorrentes das reformas.

IANGUIÊ DINIZ

Diretor-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior; controlador e presidente do conselho de administração do grupo Ser Educacional

IA na educação: um avanço necessário e responsável

A inteligência artificial (IA) já faz parte da realidade educacional. Ela está presente nas pesquisas realizadas pelos estudantes, na preparação de aulas e em diferentes atividades acadêmicas e administrativas. Nesse contexto, proibir a sua utilização seria tão inadequado quanto permitir a sua aplicação sem critérios claros e objetivos. Por isso, a aprovação, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), das Diretrizes Orientadoras para a Utilização da Inteligência Artificial na Educação Brasileira representa um passo fundamental para adequar a formação oferecida no país às exigências e evoluções do nosso tempo.

O documento abrange todos os níveis e formatos de ensino. Seu mérito inicial está em reconhecer que a tecnologia deve permanecer subordinada às finalidades educacionais. A IA pode ampliar possibilidades de aprendizagem, apoiar o trabalho docente, favorecer a acessibilidade e contribuir para a gestão, mas não deve substituir o julgamento, a responsabilidade e a mediação das pessoas.

Ao mesmo tempo, o documento não ignora que os estudantes precisam ser preparados para compreender a tecnolo-

gia que já influencia a vida social e profissional. A proposta prevê a integração progressiva da inteligência artificial à educação digital, midiática e computacional. Isso envolve conhecer o papel dos dados, identificar riscos, limitações e vieses, reconhecer conteúdos sintéticos e situações de desinformação, verificar fontes e desenvolver autonomia intelectual, cidadania digital e comportamento ético.

Na educação básica, as diretrizes estabelecem cuidados com as crianças e os adolescentes. Até o 5º ano, os estudantes não deverão ter acesso direto, autônomo ou sem supervisão a ferramentas de IA, especialmente às aplicações generativas, conversacionais, preditivas ou adaptativas. Quando utilizadas, elas deverão integrar atividades mediadas por profissionais da educação, com proteção reforçada dos dados pessoais e comunicação às famílias.

Na educação superior, os desdobramentos são ainda mais amplos. As instituições terão o desafio de integrar a IA à formação acadêmica sem permitir que ela enfraqueça a autoria, o pensamento crítico ou a responsabilidade intelectual. A tecnologia poderá ser estudada em si mesma e empregada como apoio ao ensino, à pes-

quisa e à extensão, respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais, os projetos pedagógicos dos cursos e as particularidades das diferentes áreas do conhecimento.

Trata-se de um encaminhamento essencial, pois preparar os estudantes para o mercado de trabalho contemporâneo passa, necessariamente, pelo desenvolvimento da capacidade de compreender as possibilidades e limitações desses sistemas, utilizar dados de maneira responsável e reconhecer as implicações éticas, jurídicas e sociais de suas escolhas.

Nesse processo, as licenciaturas ocupam posição estratégica. A formação dos futuros professores deverá abordar o letramento digital docente, o uso pedagógico das tecnologias emergentes, a análise crítica de dados educacionais, a avaliação apoiada por recursos digitais e os aspectos éticos envolvidos. Sempre que possível, esses conhecimentos deverão dialogar com o estágio supervisionado, a extensão e a pesquisa.

Também caberá às instituições de educação superior estabelecer políticas para o uso da IA no ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão acadêmica. Será necessário definir parâmetros sobre transparência, autoria, integridade acadêmica, proteção de direitos, declaração do uso da tecnologia e prevenção de condutas incompatíveis com a honestidade intelectual.

A classificação das aplicações em di-

ferentes níveis de risco é outro avanço. Quanto maior o potencial de uma ferramenta interferir em avaliações, certificações, permanência, seleção, benefícios ou sanções, mais rigorosas deverão ser as exigências de transparência, documentação, supervisão e controle.

Nesse sentido, algumas práticas serão incompatíveis com a educação, entre elas a pontuação social, a inferência automatizada de emoções, a vigilância biométrica contínua, a exploração de vulnerabilidades e a atribuição automática de notas a produções autorais que exijam interpretação. Detectores de conteúdo gerado por IA, por sua vez, não poderão fundamentar isoladamente punições acadêmicas ou disciplinares. Dessa forma, as diretrizes preservam a autonomia institucional, mas deixam claro que autonomia não significa ausência de responsabilidade.

O novo marco não traz respostas definitivas para uma transformação que seguirá impondo desafios. Oferece, entretanto, algo essencial: princípios para que a inovação avance com segurança, equidade e propósito pedagógico. Ao colocar a inteligência artificial a serviço da aprendizagem e manter as pessoas no centro das decisões, o CNE ajuda a educação brasileira a olhar para o futuro sem abandonar valores que dão sentido à formação humana.



claudio.magnavita@gmail.com

MAGNAVITA



@colunamagnavita

O fim das bets vai deflagrar uma guerra na qual a população sabe como começa, mas não sabe como termina. O universo das apostas on-line é um negócio muito sério, envolve parceiros parrudos e com bala na artilharia. Querem um exemplo? O Grupo Globo firmou sociedade direta com a gigante norte-americana MGM Resorts International para operar no mercado brasileiro de apostas. A parceria foi estruturada por meio de uma joint venture (uma empresa em conjunto), chamada Boa Lion, criada para gerenciar as operações da marca BetMGM no país.

■Anunciada originalmente em agosto de 2024, a operadora obteve sua licença federal definitiva do Governo Lula, no final daquele ano, e iniciou oficialmente os seus serviços no mercado brasileiro em fevereiro de 2025. A MGM detinha o controle majoritário da operação, enquanto o Grupo Globo atuava como sócio estratégico nacional.

■A estratégia da parceria era unir a tecnologia, as plataformas de cassino e a experiência em jogos da MGM Resorts com o gigantesco alcance de mídia do Grupo Globo — que estava usando a sua força na TV e no meio digital para escalar e promover a marca. Havia planos, inclusive, de conectar a BetMGM a propriedades intelectuais da emissora, como o fantasy game Cartola FC.

■Agora, em junho de 2026, a sociedade formada por Globo e MGM chegou a avançar no mercado ao fechar a compra de 100% da empresa Bingão do Brasil (uma desenvolvedora de vídeo-bingo digital que tinha o apresentador Luciano Huck entre os investidores indiretos).

■Com a assinatura da Medida Provisória que determinou a proibição total e a extinção de todas as licenças de apostas no Brasil, a estratégia corporativa da sociedade foi atingida no coração.

■Como reflexo imediato e para se adequar à nova lei federal, a Globo emitiu um comunicado interno ordenando a retirada antecipada de absolutamente todos os anúncios de bets de suas plataformas de TV (aberta

Negócio bilionário do Globo/MGM abalado com a MP de Lula contra apostas on-lines

Chegada da TV interativa iria turbinar as apostas durante transmissões esportivas



REPRODUÇÃO

e fechada) e canais digitais. O encerramento definitivo imposto pela MP atinge as duas principais frentes financeiras da emissora: as centenas de milhões de reais que faturava vendendo espaço publicitário para outras casas de apostas e o seu próprio investimento direto como sócia na operação da BetMGM.

■A compra do Bingão do Brasil em junho sinaliza que os grupos Globo e MGM foram pegos de surpresa com uma decisão radical do presidente Lula. A expectativa era de uma mudança das regras, com medidas mais duras, o que na análise interna do grupo poderia até sanear o mercado, afastando os players mais frágeis, fortalecendo os operadores mais robustos.

■A grande dificuldade da família Marinho e dos seus executivos é explicar aos sócios da MGM o cenário de insegurança jurídica do Brasil. Como uma canetada de Lula vai evaporar outorgas vendidas pelo próprio Governo.

■Lula acabou ferindo um dos negócios mais promissores da família Marinho que tinha um peso até maior com a participação acionária do grupo no Nubank.

■A Globo é acionista minoritária do Nubank, embora a participação seja muito pequena (menos de 1% do banco) e tenha sido construída de forma discreta. O investimento foi estruturado por meio da Globo Ventures (o braço de investimentos em inovação e venture capital da família Marinho). Em vez de aplicar dinheiro vivo na fintech, a

Globo utilizou um modelo de negócios chamado “media for equity” (mídia em troca de participação societária).

■Em uma fase futura, os interesses do Nubank e da Globo/MGM criariam uma sinergia na construção de novos produtos inter-comunicantes, principalmente com a chegada da TV 3.0, um sistema interativo de reemissão que já está em testes.

■A integração com a TV 3.0 (o novo padrão de TV digital aberta chamado DTV+) era considerada o “pulo do gato” da sociedade entre o Grupo Globo e a MGM Resorts. A intenção da emissora era revolucionar o mercado ao transformar o aparelho de televisão em uma plataforma de apostas em tempo real por meio do controle remoto.

■Com os testes da TV 3.0 expandindo em praças, como Rio de Janeiro e São Paulo, para as transmissões de futebol, o modelo de negócios da BetMGM funcionaria integrando o sinal da antena com a internet de banda larga de forma inédita.

■Lula atirou no que viu e acertou no que não viu ao acabar com as bets. Tirou da Família Marinho o negócio mais promissor, capaz de afastar qualquer ideia de venda da TV, como ocorreu em passado recente, inclusive, no caso da reeleição de Bolsonaro. O que não se imaginava era que o Lula fosse o algoz do negócio que estava sendo gerido nos bastidores com a chegada da TV 3.0, que, aliás, teve como principal articulador o ex-ministro das Comunicações de Bolsonaro, Fábio Faria.

■O próximo passo da Globo MGM era as apostas instantâneas: “um Clique” no Controle Remoto. A TV 3.0 permite a criação de aplicativos integrados e menus interativos que rodam sobrepostos à imagem da transmissão. Durante um jogo do Brasileirão ou da Seleção Brasileira, o telespectador veria surgir barras laterais automáticas na tela. Sem precisar tirar os olhos da TV ou desbloquear o celular, o usuário utilizaria o controle remoto para fazer uma aposta rápida em qual time faria o próximo gol ou teria o próximo escanteio, além de conectar instantaneamente o login da sua conta BetMGM diretamente no televisor. Todo este planejamento virou pó com a medida provisória de Lula.

■A DTV+ foi desenvolvida para exibir janelas secundárias com dados ao vivo (escalações, posse de bola, cartões e mapas de calor). A estratégia comercial previa “casar” essas informações jornalísticas e técnicas do portal GE com as cotações (odds) de apostas flutuantes da BetMGM, incentivando o chamado live betting (apostar no calor do momento enquanto assiste ao evento em altíssima definição). Um negócio que multiplicaria os números atuais relacionados às bets no Brasil. O céu era o limite!

■Havia planos de estender os recursos do DTV+ para gamificar a programação. Um torcedor poderia usar a interatividade para escalar seu time no Cartola FC na tela e, na mesma interface, efetuar transações e jogos associados aos atletas na BetMGM.

■Como a nova Medida Provisória banuiu de forma categórica a oferta, a intermediação e qualquer tipo de publicidade ou envolvimento tecnológico com apostas online, esse modelo de negócios foi completamente abortado, por enquanto. A Globo continuará usando os recursos inovadores da TV 3.0 (múltiplas câmeras, áudio imersivo e e-commerce tradicional), mas a vertente que transformaria o televisor em um terminal doméstico de cassino e apostas esportivas foi enterrada.

■O setor de apostas on-line acredita que, após a eleição, será a própria força da Globo/MGM que poderá desenhar um retomada das apostas esportivas, eliminando definitivamente apenas o segmento de apostas de cassinos on-lines.

■Com a chegada da Tv 3.0, outras redes nacionais de televisão estavam negociando parcerias semelhantes e também com players robustos. É neste caso que alguns sinais já foram emitidos pelo Planalto pedindo cautela e paciência. O problema é a perda de confiança dos parceiros internacionais sérios.

■A medida intempestiva de Lula, no caso das bets, da forma que foi feita, vai ter desdobramentos maiores. O mercado esperava uma medida menos radical e não que as 80 outorgas vendidas a R\$ 30 milhões, cada, fossem rasgadas pelo próprio poder concedente, criando um cenário de insegurança jurídica nunca visto em um país de dimensões continentais e de uma economia como o Brasil.

■O cerne do problema é a insegurança jurídica que é causada com a canetada presidencial. É Lula desfazendo algo que o seu governo e, especialmente, o seu então ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fizeram.

■O gesto foi encarado como um ato de desespero do grupo lulista, elevando a eleição a uma luta de vida ou morte.

Gente VIP

BARROS MIRANDA
barrosmiranda@correiodamanha.net.br

Rio de Janeiro leva serviços e informações turísticas à Feira de Turismo de Buenos Aires em momento de recorde no fluxo internacional

O Rio de Janeiro está presente na 30ª edição da Feira Internacional de Turismo da América Latina (FIT), em Buenos Aires, com uma proposta voltada à prestação de serviços e ao acesso a informações turísticas, por uma decisão pessoal do Governador em Exercício Ricardo Couto que considera o turismo uma das atividades principais para o estado. A participação da Secretaria de Estado de Turismo (Setur-RJ) e da TurisRio foi autorizada pela Casa Civil, disponibiliza aos visitantes recursos para conhecer destinos, atrativos e experiências das 12 regiões turísticas do estado, facilitando o planejamento de viagens pelo território fluminense.

Um dos principais serviços oferecidos no espaço é um mapa interativo, que permite ao visitante consultar informações sobre diferentes destinos e atrativos turísticos das regiões do estado. O estande também conta com uma área instagramável, onde o público pode registrar a passagem pela feira e levar uma lembrança fotográfica da experiência.

A iniciativa ocorre em um momento de forte movimentação do turismo internacional no Rio de Janeiro. Dados da Embratur apontam que o estado recebeu 1.666.079 turistas internacionais entre janeiro e agosto de 2026, segundo os registros de chegadas ao país. O resultado coloca o Rio de Janeiro entre os principais destinos brasileiros para visitantes estrangeiros e reforça a importância da conectividade internacional do estado.

A edição deste domingo (27) do terceiro maior jornal diário da Argentina, o PÁGINA 12, circulou com um caderno de 16 páginas sobre as regiões turísticas do estado do Rio, em uma ação conjunta com o Correio da Manhã do Brasil. O caderno foi distribuído e disputado pelos visitantes da Feira que formavam fila para receber o seu exemplar.

Para Alfredo Lopes, presidente do HotéisRio, presente na Fitur “foi de grande importância termos o Rio atender o público final que visitava a feira. Nas edições anteriores nunca tivemos material em quantidade para atender estes milhares de visitantes”.

Lopes também ressaltou a importância de um caderno inteiro sobre o Rio em um dos principais jornais argentino. “Uma medida que merece aplauso e mostra que a promessa que o governador Ricardo Couto fez a hotelaria que iria apoiar a divulgação do Rio está sendo realizada”

Dentro desse fluxo, a Argentina ocupa posição de destaque. Até agosto de 2026, 562.787 turistas argentinos chegaram ao Rio de Janeiro. O número representa uma parcela significativa do fluxo internacional recebido pelo estado e reforça a relevância do mercado argentino para a atividade turística fluminense.

“Em um momento de crescimento da chegada de visitantes internacionais, é importante que o turista encontre informação acessível para organizar sua viagem. A participação na FIT permite apresentar, de forma objetiva e útil, as possibilidades que o Rio de Janeiro oferece em suas diferentes regiões, ajudando o visitante a descobrir novos destinos e experiências além dos roteiros tradicionais”, afirma o secretário de Estado de Turismo, Lucas Alves.

A Feira Internacional de Turismo da América Latina (FIT) acontece de 26 a 29 de setembro, no complexo La Rural, em Buenos Aires, e chega em 2026 à sua 30ª edição. O evento reúne destinos, empresas, profissionais do setor e público geral em uma programação que inclui espaços temáticos, rodadas de negócios, atividades profissionais e experiências voltadas aos viajantes.



Equipe da Secretaria de Estado de Turismo do Rio em frente ao estande na Fitur de Buenos Aires



Parceria entre Página 12 e o Correio da Manhã rendeu a publicação de um caderno especial sobre os pontos turísticos do Rio no jornal argentino



Bernardo Fellows, da Riotur, e o subsecretário do RJ Ramiro Fidalgo, recebendo autoridades de Salta, da Argentina, com o Caderno Especial na mesa



Cardeno Especial de 16 páginas sobre os destinos turísticos das regiões do estado do Rio



Alfredo Lopes, presidente do HotéisRio, na Fitur Buenos Aires



Ygor Oliveira, Subsecretário da Setur-RJ, na feira de turismo da Argentina



Ramiro Fidalgo, Subsecretário Adjunto da Setur-RJ com o exemplar do caderno especial

FOTOS CM

Operação Rastreio captura 711 procurados pela Justiça em todo o Estado de São Paulo

Ação mobilizou 2,9 mil policiais e cumpriu 858 mandados; foram 691 presos e 20 adolescentes apreendidos

DIVULGAÇÃO/AGÊNCIA SP



Operação mobilizou 2,9 mil policiais e 1,2 mil viaturas e terminou com 691 foragidos presos e 20 adolescentes apreendidos em SP

Da Redação

A Polícia Civil de São Paulo capturou 711 procurados pela Justiça durante a terceira fase da Operação Rastreio, realizada entre segunda-feira (21) e quarta-feira (23) em diferentes regiões do estado. O balanço divulgado pela corporação aponta a prisão de 691 foragidos e a apreensão de 20 adolescentes nos três dias de ações.

Segundo a Polícia Civil, as equipes cumpriram 858 mandados judiciais durante a operação. A força-tarefa mobilizou mais de 2,9 mil policiais e 1,2

mil viaturas, com participação de departamentos responsáveis pela capital, Região Metropolitana e interior. Na quarta-feira, último dia da operação, as ações foram intensificadas para localizar os alvos que ainda eram procurados. Entre os detidos estão pessoas procuradas por crimes contra a vida e o patrimônio, tráfico de drogas e violência doméstica, além de outros delitos. Durante as diligências, os policiais também apreenderam 16 armas de fogo e duas armas brancas.

A operação reuniu os dez Departamentos de Polícia Ju-

diciária do Interior, responsáveis pelas investigações e pelo cumprimento de ordens judiciais nas diferentes regiões paulistas. Também participaram unidades da capital e da Grande São Paulo.

Departamentos especializados integraram a mobilização, entre eles o Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico (Denarc), responsável por investigações relacionadas ao tráfico de drogas; o Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP); e o Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania (DPPC).

De acordo com o delegado-geral da Polícia Civil, Artur Dian, a participação conjunta dos departamentos permitiu ampliar o alcance das buscas. “O trabalho integrado é fundamental para uma operação desse porte. A intensificação das ações também é importante para que consigamos colocar esses indivíduos no lugar deles, garantindo o cumprimento das decisões judiciais”, afirmou.

A Operação Rastreio tem como objetivo localizar pessoas que possuem mandados judiciais pendentes e executar as ordens de prisão expedidas

pela Justiça. Nesta terceira etapa, as equipes atuaram simultaneamente em diferentes pontos do território paulista a partir dos mandados existentes e das informações levantadas pelas unidades policiais.

FASES ANTERIORES

Esta foi a terceira fase da Operação Rastreio. As duas primeiras ocorreram em 2025 e também concentraram equipes da Polícia Civil na localização e prisão de pessoas procuradas pela Justiça em todo o estado.

A primeira etapa foi realizada em abril do ano passado. Na ocasião, foram cumpridos aproximadamente mil mandados judiciais e 675 procurados foram presos. A segunda fase ocorreu em julho de 2025 e terminou com mais de 900 prisões, segundo os dados divulgados pela Polícia Civil. Somadas, as três etapas registram mais de 2,2 mil capturas. O número considera os 675 presos na primeira fase, mais de 900 detenções na segunda e as 711 capturas registradas agora, entre presos e adolescentes apreendidos.

O balanço representa uma média de 237 capturas por dia de operação. Os 858 mandados cumpridos incluem as ordens que resultaram nas prisões e apreensões e outras determinações judiciais executadas pelas equipes durante a mobilização. Os presos foram encaminhados à polícia judiciária e estão à disposição da Justiça.

Porto de Santos fecha acordo para receber R\$ 416,9 mi

DIVULGAÇÃO/APS

Da Redação

A Autoridade Portuária de Santos (APS) aprovou acordo com o Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave) para encerrar uma disputa judicial sobre a cobrança de tarifas de infraestrutura de acesso aquaviário no Porto de Santos. O litígio começou em 2022.

Pelo entendimento, a APS deverá receber aproximadamente R\$ 416,9 milhões depositados em juízo. O montante considera a base auditada em 30 de junho de 2026 e será liberado após a homologação judicial e o cumprimento dos procedimentos previstos no acordo. A proposta será submetida

à 4ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Santos. O acordo prevê ainda o reenquadramento tarifário dos associados do Centronave na Tabela I, referente à infraestrutura de acesso aquaviário, e estabelece critérios para descontos por frequência.

A disputa começou quando armadores e operadores questionaram na Justiça a cobrança integral das tarifas, alegando que investimentos previstos na infraestrutura portuária não haviam sido realizados. Durante a tramitação da ação, os valores continuaram sendo depositados judicialmente.

Desde setembro de 2025, a APS aplica desconto de 34,6% nas tarifas cobradas dos operadores abrangidos



Acordo encerra disputa sobre tarifas no Porto de Santos

pela medida. Com a homologação, os depósitos judiciais serão encerrados e os pagamentos voltarão a ser feitos diretamente à APS.

A autoridade portuária também publicará uma portaria para disciplinar os descontos, seguindo a Resolução nº 61/2021 da Antaq. Os critérios considerarão frequência e modalidade de navegação e valerão para todos os usuários que cumprirem os requisitos.

Segundo a APS, o Porto de Santos tem previsão de R\$ 12,5 bilhões em investimentos. A companhia informou ainda que medidas para solucionar disputas anteriores eliminaram aproximadamente R\$ 3,5 bilhões em passivos.

Projeto de Lei cria regras para preservar vilas antigas

Texto prevê limite de 15 metros no entorno das vilas e proíbe a união de lotes

Da Redação

Um projeto em tramitação na Câmara Municipal de São Paulo pretende ampliar as regras de proteção das vilas existentes na capital e impedir que a concentração dos imóveis nas mãos de um único proprietário resulte na perda das restrições urbanísticas. O Projeto de Lei nº 740/2026, do vereador Nabil Bonduki (PT), também estabelece regras para construções no entorno e prevê o enquadramento das vilas reconhecidas como Zona Especial de Preservação Cultural – Área de Urbanização Especial (ZEPEC-AUE).

Atualmente, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo determina que a caracterização de um imóvel como vila é revogada quando todos os lotes que a compõem passam a pertencer a um único proprietário. Segundo a justificativa do projeto, essa regra pode permitir a aquisição progressiva dos imóveis para afastar as restrições urbanísticas e viabilizar a subs-

tituição do conjunto por outro empreendimento.

O projeto revoga esse dispositivo e determina que, enquanto for mantida a caracterização da vila, será proibido o remembramento dos lotes, mesmo quando pertencerem ao mesmo proprietário.

A proposta também estabelece que edificações na faixa envoltória das vilas ou vias sem saída deverão respeitar altura máxima de 15 metros, quando o limite previsto para a zona não for mais restritivo.

RECONHECIMENTO

O texto define vila como um agrupamento de habitações originalmente semelhantes, localizado no interior das quadras e formado por pequenos lotes com acesso a espaços comuns, como ruas, vielas, corredores ou pátios, sem origem em arruamento aprovado e sem instituição de condomínio.

São previstas cinco configurações: vila com rua particular; com viela; com viela



Vilas da região da Mooca estão entre os conjuntos mapeados no eixo ferroviário usado como referência pelo projeto

e pátio; com corredor; e com viela com múltiplos pátios.

O reconhecimento poderá alcançar os conjuntos identificados no mapa ao projeto, referente às vilas identificadas no eixo ferroviário da antiga São Paulo Railway. A justificativa cita uma pesquisa da FAU-USP, de 2017, que mapeou centenas dessas formações nos distritos centrais da cidade. Também poderão ser reconhecidos conjuntos classificados como vila por decisão judicial definitiva e aqueles constituídos por ato registrado em cartório ou reconhecidos pela Prefeitura antes da vigência da Lei nº 10.015, de dezembro de 1985.

Nos demais casos, o enquadramento será analisado

individualmente pelo órgão municipal competente. A Prefeitura deverá manter atualizado o Mapa Digital da Cidade com os conjuntos reconhecidos como vilas e aqueles que foram analisados e não receberam a classificação.

PROTEÇÃO COMO ZEPEC

As vilas reconhecidas pela nova legislação serão enquadradas como ZEPEC-AUE. Segundo a justificativa, as regras atuais de parcelamento, uso e ocupação do solo não impedem todas as formas de descaracterização, como demolição de fachadas, alterações nas edificações e retirada de áreas ajardinadas de uso comum.

O enquadramento acrescenta instrumentos para proteção

da configuração arquitetônica e paisagística das vilas.

O projeto altera a Lei nº 16.402/2016, que trata do parcelamento, uso e ocupação do solo, e a Lei nº 18.081/2024. A definição de vila também será incorporada ao quadro de conceitos da legislação municipal.

Na justificativa, Bonduki afirma que parte dessa tipologia residencial foi construída no início do século XX e que os conjuntos remanescentes estão concentrados principalmente no centro expandido e em distritos ligados ao eixo ferroviário.

O projeto foi apresentado em 23 de setembro e encaminhado às comissões competentes da Câmara Municipal.

MPF discute acesso à água em aldeias indígenas

Da Redação

O Ministério Público Federal (MPF) realizou visitas técnicas a duas aldeias da Terra Indígena Jaraguá, em São Paulo, na zona norte da capital, para avaliar alternativas de abastecimento de água potável. Nas comunidades Tekoa Itakupe e Tekoa Yvy Porã, lideranças e representantes de instituições discutiram o uso de poços artesianos, o tratamento da água e o fornecimento de energia necessário para levá-la aos reservatórios.

As visitas ocorreram no dia 15 de setembro e foram divulgadas pelo MPF na quarta-feira (23). Segundo o órgão, a área indígena tem 536 hectares e reúne cerca de mil moradores Guarani Mbya, distribuídos por sete aldeias. Os levantamentos se concen-

traram em três núcleos de Itakupe e Yvy Porã.

Em Itakupe, a principal questão discutida foi como obter energia para bombear a água dos poços existentes. Os participantes avaliaram a ligação à rede elétrica e opções de geração local. A falta de acesso viário dificulta a entrada dos caminhões da Enel para os serviços. Lideranças também relataram a ausência de reservatórios suficientes, que obriga a comunidade a racionar a distribuição de água, e a escassez de banheiros nas aldeias indígenas.

Em Yvy Porã, o debate se voltou ao monitoramento e ao tratamento da água. A área onde fica a aldeia já foi usada como depósito de lixo, o que, segundo o MPF, representa risco de contaminação do solo e dos recursos hídricos. Os par-



Encontro reuniu representantes do Distrito Sanitário Especial Indígena

ticipantes examinaram possibilidades de descontaminação e de instalação de sistemas de energia solar. Também foram discutidas fontes de financiamento para as obras e manutenção dos equipamentos.

O encontro reuniu representantes do Distrito Sanitário Especial Indígena, ligado ao Ministério da Saúde, de projetos da Universidade Federal de São Carlos e do Insper, da Enel e do Instituto

Pasteur, além de organizações e empresas. A Sabesp foi convidada, mas não enviou representante, de acordo com o MPF. A procuradora Sandra Akemi Shimada Kishi acompanhou as atividades.

O Ministério Público Federal informou que os dados levantados pelas equipes servirão de base para novas reuniões e para definir as medidas adequadas a cada aldeia. Entre os temas em análise está a formação de agentes indígenas para operar e acompanhar soluções de saneamento e de gestão territorial. O órgão não anunciou prazo para implantar as medidas nem informou o custo estimado das intervenções. As propostas deverão ser discutidas com as lideranças antes dos próximos encaminhamentos.

CORREIO
GRANDE SP

BIZ NAZÁRIO/PMSBC



Repasse de agosto à Cooperluz e Reluz, que totalizou R\$ 127,5 mil

São Bernardo oferece R\$ 1,4 milhão a empresas por ações ambientais

As cooperativas de reciclagem Cooperluz e Reluz, de São Bernardo, receberam R\$ 127.546,24 pelo serviço de triagem de materiais recicláveis realizado em agosto. O pagamento por Serviços Ambientais foi entregue pelo prefeito Marcelo Lima nesta quinta (24), no Salão Nobre do Paço. No período, foram separadas 729 toneladas de materiais reaproveitáveis. A Cooperluz, com 51 cooperados, somou 406 toneladas e recebeu pouco mais de R\$ 73 mil. Já a Reluz, com 40 trabalhadores, separou 279 toneladas e recebeu quase R\$ 52 mil. Nos últimos 12 meses, a Prefeitura repassou R\$ 1,467 milhão às duas cooperativas. O valor considera o volume de material triado e atualmente é de R\$ 185,96 por tonelada, após reajuste de 51% em maio de 2025. Marcelo Lima destacou o trabalho dos cooperados para a proteção ambiental e a geração de emprego e renda. A medida reforça a geração de renda.

Audiência apresenta balanço de Arujá até agosto

A Câmara de Arujá fez audiência sobre a prestação de contas do 2º quadrimestre de 2026. Até agosto, a receita arrecadada ficou em R\$ 476,6 milhões, alta de 10,83% ante 2025. O ISS cresceu 26,2%, para R\$ 57,3 milhões. As despesas empenhadas somaram R\$ 665,9 milhões. Saúde e Educação tiveram aplicações de 28,07% e 30,19%. A despesa com pessoal do Executivo ficou em 39,053% da receita corrente líquida. Segundo o secretário Caio Araújo, os dados não permitem concluir que haverá déficit ao fim de 2026.

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DE ARUJÁ



Secretário expôs os principais indicadores do 2º quadrimestre

Taboão aprova cinco projetos em sessão da CMTS

A Câmara de Taboão da Serra aprovou, nesta semana, cinco projetos de lei sobre segurança em escadarias, educação financeira, cultura, inclusão e trânsito. Entre as propostas estão a instalação obrigatória de corrimãos em escadarias com mais de 25 degraus, a criação de um programa de educação financeira, o reconhecimento do Espaço Candearte como patrimônio cultural e educacional e os programas Mães Atípicas na Ativa e de conscientização para segurança viária. Os textos seguem para sanção ou veto.

Mogi debate Lei de Incentivo ao Desportes

A Comissão de Cultura, Esportes e Turismo da Câmara de Mogi das Cruzes realizou reunião nesta semana para avaliar a aplicação da Lei de Incentivo ao Desporto e a prestação de contas do Edital 001/2026. Foram inscritos 79 projetos, 17 já aprovados, 34 com ressalvas e 28 reprovados. A renúncia fiscal para projetos esportivos chegou a R\$ 2,1 milhões já em 2026, após R\$ 1,237 milhão em 2025.

POR
LUIGI FREIRE (Estagiário)
E RAFAEL CHINAGLIA

São Caetano do Sul

O vereador César Oliva (PSD), de São Caetano do Sul, indicou estudos para ampliar o convênio entre a Prefeitura e a 40ª Subseção da OAB. A proposta prevê estender a assistência jurídica gratuita a mulheres vítimas de violência para além dos casos, como demandas criminais. A medida busca ampliar o acesso à Justiça e fortalecer a proteção.

Guarulhos

A Prefeitura de Guarulhos oferece cerca de 50 vagas em uma rede de salas VIPs em aeroportos. A seleção será na terça (29), na Casa do Emprego Vila Augusta. Há oportunidades para atendente de restaurante, auxiliar de limpeza, recepcionista e bartender, além de vagas para pessoas com deficiência. Os candidatos devem ter 18 anos de idade.

Santo André

A Prefeitura de Santo André realiza, em outubro, o segundo Feirão de Inclusão Produtiva e Emprego de 2026, com 9.103 vagas de 110 empresas. As oportunidades abrangem todos os níveis de escolaridade e setores como comércio, alimentação, construção e transportes. O feirão será realizado online, pelo portal da Casa do Trabalhador.

Ferraz de Vasconcelos

A Prefeitura de Ferraz sancionou a Lei que estabelece diretrizes para prevenir e combater situações de acumulação de objetos, resíduos ou animais que possam oferecer riscos à saúde pública. A norma prevê ações graduais, com participação da assistência social, vigilância sanitária e proteção, e orienta atendimento a pessoas em risco.

Carapicuíba

A vereadora Vanessa Maia (PSDB) propôs integrar a rede de atendimento às mulheres a programas de qualificação, emprego e geração de renda. A indicação prevê fluxo entre o CREVIM e outros serviços, além de informar vítimas de violência sobre oportunidades disponíveis. A medida também cobra o cumprimento da Lei nº 3.759/2021.

Diadema

A Prefeitura de Diadema oferece, em parceria com o Governo de São Paulo, linhas de crédito do Banco do Povo Paulista para empreendedores. Os valores variam de R\$ 200 a R\$ 21 mil, com juros de 0,35%, prazo de até 36 meses e carência de até 90 dias. O programa atende microempresas, empresas de pequeno porte e empreendedores informais.



Saúde mental será tema de fórum na Câmara de Barueri

Câmara de Barueri amplia debate sobre saúde pública

Câmara também prepara fórum regional sobre saúde mental no município

Da Redação

A Câmara de Barueri aprovou, na terça-feira, o Projeto de Lei 57/2026, que cria uma política de conscientização e diagnóstico precoce das Doenças Inflamatórias Intestinais (DII) na rede pública. A proposta prevê ações sobre sinais, sintomas e fatores de risco, para facilitar a identificação dos casos e o início do tratamento.

As DIIs são condições crônicas que afetam o trato intestinal. Entre as formas mais comuns estão a doença de Crohn e a retocolite ulcerativa. Entre os sintomas estão dores abdominais, diarreia, sangramento, fadiga, perda de peso e alterações no funcionamento intestinal. As doenças também podem provocar impactos emocionais, sociais, familiares e profissionais.

O texto institui a campanha Maio Roxo, período em que a rede pública deverá intensificar ações de educação em saúde nas unidades municipais e nos canais oficiais da Prefeitura. A proposta destaca ainda a situação de pacientes que, embora tenham aparência saudável, podem conviver com sintomas diários e enfrentar incompreensão ou preconceito em diferentes ambientes.

Após a aprovação pelos vereadores, o projeto segue para análise do prefeito e entrará em vigor após sanção e publicação.

Enquanto a Câmara debate medidas voltadas à saúde física, o Legislativo também prepara uma programação dedicada à saúde mental. No dia 30 de setembro, a Escola do Parlamento promove o I Fórum Regional de Saúde Mental, Cidadania e Políticas Públicas, no Plenário da Câmara, a partir das 9h30. O evento reunirá especialistas para discutir a atuação do poder público na criação de ambientes mais saudáveis, no acesso à Justiça e na garantia do cuidado com a saúde mental como direito.

A programação integra as ações do Setembro Amarelo, campanha de prevenção ao suicídio instituída em Barueri pela Lei 2.559/2017. A participação será gratuita, com transmissão pela TV Câmara.

Dentro da programação do Setembro Amarelo, a Câmara também disponibiliza o Termômetro Emocional, marcador de página com orientações para ajudar na identificação das emoções e na busca por apoio quando necessário. O material pode ser retirado gratuitamente na biblioteca.

Feirão de Emprego tem inclusão de PCDs

Iniciativa reuniu trabalhadores em busca de oportunidades

Da Redação

A Secretaria de Trabalho e Renda de Campinas realizou, nesta sexta-feira, 25 de setembro, o 19º Feirão de Emprego e Oportunidades de 2026, exclusivo para pessoas com deficiência (PCDs). A ação integrou o Dia D da Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho e ocorreu no Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região. O evento contou com a participação de 16 empresas e registrou 116 encaminhamentos para processos seletivos. A iniciativa foi aberta a moradores de Campinas e da região e ofereceu oportunidades em diferentes áreas e níveis de escolaridade.

Para a procuradora do trabalho, Danielle Olivares Corrêa, a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho deve ir além do cumprimento das cotas previstas em lei e envolver também a

adaptação dos ambientes e das práticas das empresas.

“Esse evento aproxima a pessoa com deficiência que precisa do trabalho e as empresas que precisam contratar. É essencial que, além do cumprimento de cota, as empresas tornem os ambientes de fato acessíveis, inclusivos e que façam uma gestão voltada à verdadeira inclusão desse público”, destaca.

SERVIÇOS E APOIO

Além das oportunidades de emprego, o Feirão ofereceu serviços e orientações complementares ao público. A Casa do Empreendedor realizou atendimentos voltados aos microempreendedores individuais (MEIs), enquanto o Sebrae e o Banco do Povo também participaram da ação. A edição contou ainda com a parceria da Organização Internacional para as Migrações (OIM), que ofereceu atendimento e informações direcionadas à população migrante.



Iniciativa foi aberta a moradores de Campinas e da região e ofereceu oportunidades em diferentes áreas e níveis de escolaridade

EMISSIONE DE LAUDOS E DOCUMENTAÇÃO

Equipes técnicas do Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (IMESC) também participaram da iniciativa para a emissão de laudos destinados a fins trabalhistas, a partir da análise de documentos médicos anteriores apresentados pelos candidatos durante o Feirão. Ao todo, foram emitidos 35 laudos durante a ação.

“A presença do IMESC em uma ação como essa permite aproximar o Instituto da população e contribuir para facilitar o acesso aos serviços necessários para a inserção no mercado de trabalho. A emissão dos laudos para fins

trabalhistas, com base na documentação médica apresentada, ajuda a dar mais agilidade a esse processo e a garantir que os trabalhadores tenham o suporte necessário para buscar novas oportunidades”, destaca o presidente do IMESC, Alexandre Pessôa.

OPORTUNIDADES PARA VOLTAR AO MERCADO

Moradora de Campinas, Raissa Fernandes participou do Feirão em busca de uma oportunidade para voltar ao mercado de trabalho. A profissional realizou uma entrevista para a vaga de monitora infantil e avançou para a próxima etapa do processo seletivo, prevista para a próxima semana.

“Fiquei muito feliz e animada com a oportunidade. É uma área em que eu já trabalhei e seria muito bom poder voltar ao mercado de trabalho fazendo o que eu gosto”, pontua.

Também morador de Campinas, Juliano Almeida conseguiu dois encaminhamentos para processos seletivos durante a ação. O participante contou que já participou de outras edições do Feirão e destacou a experiência com atendimento e retornos recebidos. “Já estive em outros Feirões e sempre fui bem atendido. Em todas as vezes, tive retornos positivos, então vale a pena participar e buscar uma oportunidade”, finaliza.

Obras ampliam alça de acesso para Avenida Prestes Maia

Da Redação

A Prefeitura de Campinas inicia nesta segunda-feira, 28 de setembro, as obras de ampliação da alça de acesso da avenida Benedicto Campos para a avenida Prestes Maia, no Jardim do Trevo, região Sul da cidade. A intervenção é coordenada pela Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec) e terá investimento de quase R\$ 1,268 milhão.

A ampliação busca melhorar a circulação de veículos no local, que registra grande movimento, principalmente nos horários de pico da manhã e da tarde. A intervenção deve reduzir a formação de congestionamentos, o tempo de deslocamento e os conflitos entre os veículos, o que vai contribuir também para aumentar a segurança viária.

“Com a ampliação, os motoristas poderão acessar a Prestes Maia com mais agilidade, melhorando a circulação nas duas vias e reduzindo o trânsito lento. É mais uma intervenção para aumentar a segurança e salvar vidas no trânsito”, afirma o presidente da Emdec, Vinicius Riverete.

Na primeira etapa de obras, haverá a execução de guias e sarjetas e a CPFL Energia fará a remoção de poste. No local, a Emdec realizará uma operação de trânsito, com interdições parciais nas faixas de rolamento junto ao canteiro entre a Prestes Maia e a Benedicto Campos. A expectativa é de que as obras sejam concluídas até dezembro.

A ampliação do acesso foi viabilizada por meio do Polo Gerador de Tráfego (PGT), em parceria com a empresa F. A.



Ampliação da alça de acesso da avenida Benedicto Campos à Prestes Maia

Olivia & Cia. Ltda. As obras contam com o apoio da Secretaria de Serviços Públicos.

A avenida Prestes Maia também passa por obras de ampliação das pistas no trecho da ponte sobre o córrego Piçarrão.

A intervenção vai ampliar de duas para três as faixas de rolamento em cada sentido da avenida, nos deslocamentos entre bairro e Centro e entre Centro e bairro. As obras começaram em março deste ano, com pra-

zo previsto de conclusão de 12 meses. A execução é da MSP Engenharia, com acompanhamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura e da Emdec, responsável pela sinalização viária e organização do trânsito no local. A avenida Prestes Maia tem 2 km de extensão e registra circulação média de 99 mil veículos por dia, segundo dado de agosto de 2026. A via conecta bairros como Jardim do Trevo, São Bernardo, Vila Santana, Parque Itália e Jardim Nova Europa.

A avenida também serve como rota de ligação com as rodovias Anhanguera (SP-330), Santos Dumont (SP-075), Bandeirantes (SP-348) e Lix da Cunha (SP-073), conhecida como Estrada Velha de Indaítuba. A via também dá acesso ao Aeroporto Internacional de Viracopos.

Hospital de Americana capacita lideranças em gestão de processos

Aprendizado contínuo é essencial para um exercício profissional de excelência

Da Redação

Coordenadores e supervisores do Hospital Municipal Dr. Waldemar Tebaldi, em Americana, participaram na última semana de uma capacitação sobre gestão de processos e operações. O treinamento foi realizado em parceria com o Senac Americana e integra as ações do setor de Recursos Humanos (RH) da unidade voltadas ao desenvolvimento de profissionais que ocupam funções de liderança.

A atividade foi conduzida por Flávia Colombo, mestra em Saúde Coletiva e responsável técnica pelo curso de Enfermagem do Senac. Entre os temas trabalhados estiveram a padronização de atividades, o alinhamento dos procedimentos às diretrizes institucionais e o acompanhamento dos processos pelas lideranças.

Durante o treinamento, os participantes também discutiram questões relacionadas à conformidade institucional, conceito que envolve a adoção de práticas de acordo com normas e diretrizes estabelecidas pela organização.

Segundo a proposta apresentada na capacitação, a padronização pode contribuir para reduzir retrabalhos, melhorar a eficiência das operações e reforçar procedimentos relacionados à segurança do paciente.

A programação incluiu ati-



TATIANE CERON/PMA

Participantes discutiram questões relativas à conformidade institucional, que envolve a adoção de diretrizes

vidades práticas e dinâmicas em grupo, nas quais os profissionais analisaram situações relacionadas à rotina hospitalar e aplicaram os conceitos apresentados. A intenção foi aproximar o conteúdo das situações enfrentadas pelas equipes e estimular a identificação de pontos que possam ser aprimorados nos processos de trabalho.

Para Flávia Colombo, o conhecimento sobre os processos ajuda as lideranças a organizar as atividades e acompanhar de forma mais próxima o trabalho das equipes. “A gestão de processos é fundamental para organizar o trabalho, estabelecer uma forma padronizada

de conduzir as atividades e dar mais clareza às equipes sobre suas responsabilidades”, afirmou.

Segundo a docente, o domínio dos procedimentos e das diretrizes também permite que coordenadores e supervisores identifiquem oportunidades de melhoria e orientem as equipes diante de problemas encontrados na rotina. “Trabalhar esses conceitos com as lideranças é uma forma de fortalecer a organização e ampliar a capacidade das equipes de identificar.”

A capacitação faz parte da programação de desenvolvimento de lideranças promovida pelo RH do Hospital Municipal.

A parceria com o Senac ajudou a ampliar a oferta de formação aos profissionais que atuam na gestão das equipes.

Para a superintendente da Fundação de Saúde de Americana, Lilian Franco de Godoi, a capacitação contínua das equipes é essencial. “O aprimoramento dos processos e o desenvolvimento das lideranças refletem diretamente na organização dos serviços e na qualidade do atendimento prestado à população”, afirmou.

O Hospital Municipal Dr. Waldemar Tebaldi é administrado pelo Grupo Chavantes, em gestão compartilhada com Americana.

Sessão da Câmara analisa imóveis abandonados em Nova Odessa

Da Redação

A Câmara Municipal de Nova Odessa realiza nesta segunda-feira (28/9), às 14h, a sua 31ª sessão ordinária de 2026. A pauta deliberativa da Ordem do Dia traz para debate e votação projetos de lei do Executivo sobre a arrecadação de imóveis urbanos abandonados, bem como a adesão do município ao Consórcio Nacional das Cidades Inteligentes do Brasil (CONACIN).

Na Ordem do Dia, os vereadores analisam o Projeto de Lei Complementar nº 06/2026, do Poder Executivo, que regulamenta a arrecadação de imóveis urbanos privados abandonados na condição de “bem vago”.

A proposta estabelece critérios para a apuração do abandono, notificação do proprietário, posse provisória pelo município para destinação social e eventual incorporação ao patrimônio público após três anos. A matéria cria ainda o Cadastro Municipal de Imóveis Abandonados (CMIA) e exige maioria absoluta para aprovação.

Também vai a votação o Projeto de Lei nº 60/2026, de autoria do prefeito municipal, autorizando a adesão de Nova Odessa ao Consórcio Nacional das Cidades Inteligentes do Brasil (CONACIN).

A medida visa ao compartilhamento de tecnologias entre municípios consorciados, com custo anual estimado de R\$ 73,6 mil. A proposta registra pareceres técnicos e votos em separado contrários.

Sinalização viária é reforçada ao redor de escolas selecionadas como local de votação

Da Redação

As ruas em frente a 13 escolas municipais que servirão como local de votação para as Eleições 2026 contarão com a sinalização de trânsito reforçada. O serviço, realizado pela Prefeitura em Hortolândia já foi iniciado.

De acordo com a Secretaria de Mobilidade Urbana, as escolas EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental) Profª Patrícia Maria Capelato Basso (Jd. São Sebastião), Emef Marleciene Priscila Presta Bonfim (Remanso Campineiro) e Emef Villagio Ghiraldelli, já receberam a ação.

O objetivo é deixar es-



PMH

Trabalho de reforço nas ruas das escolas em Hortolândia já começou

tas áreas melhor sinalizadas para receber os eleitores no pleito do primeiro turno, dia 4 de outubro.

Todas as vias das escolas

municipais receberão reforço e demarcação de sinalizações para vaga exclusiva voltada a idoso, vaga exclusiva para PCD (Pessoa com Deficiência),

legendas de PARE próximo das esquinas, lombadas, vaga de parada para vans e ônibus escolares, entre outras necessárias de acordo com cada caso.

Ônibus gratuito

Hortolândia vai garantir transporte coletivo gratuito nas linhas municipais no dia da eleição, tanto no primeiro quanto no segundo turno. De acordo com a Secretaria de Mobilidade Urbana, a gratuidade começa a valer a partir da meia-noite do dia 04 de outubro. A medida atenderá todas as 23 linhas do transporte coletivo urbano municipal de Hortolândia.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ODESSA

Câmara analisa hoje projetos sobre imóveis abandonados

MARCO ANTÔNIO RUZENE E ANDRÉA NAVARRO

Advogados

Investimento sustentável: valor que atravessa gerações

Durante muito tempo, sustentabilidade e resultado econômico foram tratados como temas que ocupavam lados diferentes da estratégia empresarial. De um lado, estavam investimentos, rentabilidade e crescimento. De outro, questões ambientais, sociais e de governança, muitas vezes restritas aos relatórios institucionais e às iniciativas de responsabilidade corporativa.

Quando uma empresa decide onde investir, como financiar um projeto ou de que maneira estruturar sua expansão, não está avaliando apenas o retorno financeiro esperado. Também precisa considerar os riscos capazes de comprometer esse retorno ao longo do tempo. E é justamente nesse ponto que sustentabilidade, estratégia empresarial, segurança jurídica e tributação passam a integrar uma mesma análise.

Investimento sustentável é aquele que incorpora critérios ambientais, sociais e de governança à análise financeira tradicional. Isso pode ocorrer de diferentes maneiras: pela integração de fatores ESG à avaliação de risco e retorno; pela exclusão de setores ou empresas que não atendam a determinados padrões; pela seleção de organizações com melhores práticas; pelo direcionamento de recursos a áreas como energia limpa, eficiência hídrica e inclusão social; ou pelo investimento de impacto, voltado a negócios que buscam produzir benefícios socioambientais mensuráveis juntamente com retorno financeiro.

Não se trata, portanto, apenas de destinar recursos a projetos identificados como “verdes”. Trata-se de ampliar os elementos considerados na decisão econômica. Uma operação que parece rentável pode carregar riscos ambientais, jurídicos, sociais ou de governança capazes de alterar substancialmente seu resultado. Uma irregularidade ambiental pode resultar em sanções e paralisação de atividades. Problemas na cadeia de fornecedores podem produzir responsabilidades e danos reputacionais. Deficiências de governança podem abrir espaço para fraudes ou decisões incompatíveis com os objetivos da companhia.

Nessas situações, uma questão inicialmente jurídica ou socioambiental pode se converter diretamente em perda econômica.

Essa mudança na avaliação de riscos ajuda a compreender o espaço adquirido pelos instrumentos financeiros associados à sustentabilidade.

Fundos e carteiras com mandato ESG, linhas de financiamento sustentável e títulos de dívida vinculados a projetos ou metas ambientais e sociais transformaram critérios de sustentabilidade em elementos concretos das decisões de investimento e financiamento.

Entre esses instrumentos estão os green bonds, social bonds e sustainability bonds, nos quais os recursos captados são destinados a projetos elegíveis previamente definidos. Há também os sustainability-linked bonds, nos quais os recursos podem ter utilização livre, mas determinadas condições financeiras do título são relacionadas ao cumprimento de metas de desempenho sustentável previamente estabelecidas.

A diferença é importante porque demonstra que sustentabilidade pode entrar na estrutura financeira de uma operação de formas distintas. Em uma situação, importa especialmente a destinação dos recursos; em outra, o desempenho da organização em relação aos compromissos assumidos.

Para que essa relação seja confiável, porém, não basta atribuir um rótulo sustentável a um investimento. São necessários critérios, mecanismos de acompanhamento e transparência.

É nesse contexto que taxonomias, princípios internacionais e avaliações independentes ganham importância. No Brasil, a Taxonomia Sustentável Brasileira busca estabelecer critérios técnicos para identificar atividades, ativos e projetos alinhados a objetivos ambientais e sociais. No mercado de capitais, operações sustentáveis também estão inseridas em um ambiente de exigências de divulgação e de parâmetros destinados a demonstrar a consistência entre os compromissos apresentados ao investidor e a operação efetivamente realizada.

A credibilidade desse mercado depende justamente da capacidade de diferenciar compromisso verificável de discurso. Da sustentabilidade para a gestão empresarial. Para as empresas, a discussão não termina na captação de recursos.

Quando critérios ambientais, sociais e de governança passam a influenciar investimentos, financiamentos e avaliação de riscos, eles também precisam chegar ao processo de tomada de decisão. Isso exige participação do conselho de administração, da diretoria e das áreas financeira, jurídica, tributária e de compliance.

A sustentabilidade deixa, então, de ser responsabilidade isolada de um departamento.

O setor financeiro precisa compreender os impactos econômicos das decisões. O jurídico deve avaliar responsabilidades, contratos e segurança das operações. A governança precisa estabelecer mecanismos de controle e acompanhamento. E a análise tributária integra esse processo porque decisões empresariais, investimentos e operações estruturadas não podem ser examinados de maneira dissociada de seus efeitos fiscais e financeiros.

Isso não significa presumir que todo investimento sustentável produza uma vantagem tributária. Significa reconhecer que a tributação compõe a estrutura econômica das decisões empresariais e, portanto, precisa ser considerada juntamente com os demais riscos, custos e obrigações envolvidos na operação.

Essa visão integrada torna-se especialmente relevante quando uma empresa avalia novos projetos, estruturas de financiamento, emissão de títulos, reorganizações ou investimentos de longo prazo. Uma decisão economicamente sustentável precisa considerar não apenas quanto capital será necessário e qual retorno é esperado, mas também quais responsabilidades jurídicas serão assumidas, quais impactos tributários decorrem da estrutura adotada e quais riscos podem comprometer a continuidade do projeto.

Nenhuma estratégia sustentável se sustenta apenas em intenção. Uma empresa que incorpora o tema à gestão precisa definir objetivos, estabelecer indicadores, acompa-

nhar resultados e corrigir desvios. Precisa também comunicar de forma consistente aquilo que efetivamente realiza.

A governança ocupa papel central justamente porque conecta compromisso e execução. É ela que permite que riscos ambientais deixem de ser vistos exclusivamente como questões ambientais; que riscos jurídicos sejam considerados antes de uma disputa; que aspectos financeiros e tributários sejam avaliados na estruturação das operações; e que os compromissos apresentados a investidores possam ser acompanhados ao longo do tempo.

Essa integração também ajuda a superar uma oposição que se tornou pouco produtiva: a ideia de que empresas precisam escolher entre crescimento e sustentabilidade.

A questão empresarial relevante é outra: qual modelo de crescimento consegue permanecer economicamente viável diante de mudanças regulatórias, ambientais e sociais?

Empresas que percebem antecipadamente essas transformações podem adaptar produtos e processos antes que a mudança se transforme em urgência. As que esperam para reagir tendem a enfrentar custos maiores e menor margem de decisão.

Durante muito tempo, avaliar uma empresa significava observar principalmente sua capacidade de gerar lucro. Essa medida continua fundamental, mas já não responde sozinha à pergunta sobre quanto vale um negócio no longo prazo.

Também é necessário perguntar se aquela empresa continuará capaz de produzir resultados diante dos riscos aos quais está exposta. É essa perspectiva que torna o investimento sustentável uma questão econômica, e não apenas ambiental. Sustentabilidade passa a significar também capacidade de continuidade: identificar riscos antes que eles destruam valor, estruturar investimentos com critérios verificáveis, incorporar responsabilidades à governança e tomar decisões considerando seus efeitos financeiros, jurídicos e tributários.

O capital que financia o futuro não deveria olhar apenas para o retorno que um projeto promete produzir hoje. Precisa considerar também as condições necessárias para que esse retorno continue possível amanhã.

Talvez seja essa a medida mais concreta de um investimento verdadeiramente sustentável: não apenas quanto valor ele é capaz de gerar, mas por quanto tempo esse valor poderá permanecer.

Deficiências de governança podem abrir espaço para fraudes ou decisões incompatíveis com os objetivos da companhia



Encontro da hotelaria foi realizado no Grand Mercure Rio

Fórum Comercial do HotéisRIO debate festivais no 2º semestre

O Fórum Comercial do HotéisRIO debateu, na sexta-feira (25), no Grand Mercure Rio de Janeiro Copacabana, o impacto dos festivais na movimentação turística do Rio no segundo semestre. Música eletrônica, cerveja e cultura LGBTI+ estiveram no centro das apresentações, com representantes de eventos que buscam ampliar a relação com a rede hoteleira. A proposta é transformar os festivais em ferramentas de estímulo à permanência dos visitantes, ao consumo de serviços e à geração de negócios. Entre as iniciativas apresentadas esteve a Hot Beats Music Conference, voltada à música eletrônica. Os organizadores destacaram a força do gênero no Brasil e no exterior e defenderam parcerias com hotéis para divulgação e realização de oficinas. O encontro também apresentou o Mondial de la Bière Rio 2026 e a 31ª Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro.

Hot Beats mira turismo carioca

A Hot Beats Music Conference foi um dos destaques do Fórum Comercial do HotéisRIO. Rafael Nazareth, Junior Campos e Rogério Gonçalves apresentaram a proposta do evento, ressaltando a força da música eletrônica e do brazilian funk no cenário internacional. Segundo Junior Campos, a conferência pretende movimentar uma cadeia de negócios, gerar empregos e arrecadação, além de estimular visitantes a permanecerem mais tempo no Rio. Entre as possibilidades estão parcerias com hotéis para divulgação e oficinas sobre música.



José Bouzon, Rafael Nazareth, Rogério Gonçalves, Julio Correa, e Junior Campos

Cerveja amplia agenda turística

O Mondial de la Bière Rio 2026 também foi apresentado aos representantes do setor hoteleiro. O festival de cultura cervejeira e gastronomia será realizado de 29 de outubro a 1º de novembro, no Píer Mauá. Criado no Canadá e realizado no Rio desde 2013, o evento busca ampliar sua relação com a cidade. O CEO Gabriel Pulcino destacou a cultura cervejeira como fator de estímulo ao turismo e defendeu ações conjuntas com hotéis para receber visitantes.

Parada aposta em parcerias

A 31ª Parada do Orgulho LGBTI+ do Rio de Janeiro será realizada em 22 de novembro, na praia de Copacabana, com música, diversidade e respeito. Organizado pelo Grupo Arco-Íris de Cidadania LGBTI+, o evento terá 14 trios elétricos e mais de 12 horas de programação. Patrícia Esteves destacou a participação de visitantes de outras cidades e sugeriu parcerias com hotéis, incluindo pacotes, tarifas especiais e ações de boas-vindas para o público.

Expansão Metroviária

O Governo do Estado firmou acordo com o BNDES e a COPPE/UFRJ para desenvolver estudos sobre a expansão e integração do sistema metroviário. A cooperação prevê análises para a Linha 2, entre Estácio e Praça XV, a Linha 4, até o Recreio, e a implantação da Linha 3, ligando Rio, Niterói e São Gonçalo. O trabalho será técnico.

Linha Três

A Linha 3 já está em fase de estudos pela COPPE/UFRJ. O trabalho conta com resultados preliminares sobre possíveis alternativas de traçado, que ainda estão sendo avaliadas. A análise considera aspectos técnicos e territoriais, que deverão servir de base para as próximas etapas de definição do projeto metroviário e de sua implantação.

Análise Integrada

A cooperação também prevê uma análise integrada dos aspectos socioeconômicos e ambientais relacionados à expansão da rede. O objetivo é avaliar impactos e oportunidades de desenvolvimento nos territórios atendidos pelo novo eixo metroviário, ampliando os elementos técnicos para futuras decisões do Estado sobre mobilidade e planejamento metropolitano.

Estudos Técnicos

Segundo o Governo do Estado, os estudos deverão aprofundar o conhecimento sobre as possibilidades de expansão e integração do metrô. A proposta é reunir elementos técnicos mais consistentes para subsidiar futuras decisões e buscar a definição do projeto considerado mais adequado para a mobilidade metropolitana do Rio, conforme as análises.

Dívida Estadual

Além dos estudos metroviários, o Estado negocia com o BNDES uma renegociação da dívida. A medida busca reduzir custos e alongar prazos, ampliando a margem para investimentos. Segundo o secretário de Fazenda, Guilherme Mercês, o desenvolvimento econômico e projetos estruturantes estão relacionados ao equilíbrio das contas estaduais e à capacidade de investir.

Parceria Institucional

A parceria reúne órgãos estaduais, BNDES e COPPE/UFRJ em torno do planejamento da mobilidade metropolitana. Participam do trabalho representantes das áreas de transporte, Fazenda e Segurança Institucional, além do Instituto Rio Metrópole. O BNDES destacou a retomada do diálogo e da parceria com o Estado do Rio para novos estudos.



Gonet: decisão por placar apertado

Decisão mantém Gonet no caso Master, com decisão do STF

Conselho do MPF: eventual suspeição deve ser discutida no Supremo

Por **Beatriz Matos**

A decisão do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) de barrar uma investigação contra Paulo Gonet mantém o procurador-geral da República à frente dos casos relacionados ao Banco Master, mas não encerra todas as discussões sobre sua atuação.

Ao rejeitar a apuração interna por 5 votos a 4, o colegiado também entendeu, por unanimidade, que não tinha competência para decidir sobre eventual suspeição ou impedimento do chefe da Procuradoria Geral da República (PGR), questão que poderá ser submetida ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O resultado preserva Gonet na condução dos processos enquanto as investigações sobre o Master continuam produzindo novas frentes no Supremo e na Polícia Federal (PF). O ministro Flávio Dino determinou que a PF investigue possíveis crimes e interferências indevidas na atuação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) envolvendo o banco.

No julgamento de sexta-feira (25), prevaleceu o entendimento de que as mensagens e demais elementos reunidos até agora não ofe-

recem indícios mínimos de autoria e materialidade para justificar uma investigação contra Gonet. O procurador-geral não participou da sessão sobre o próprio caso, que foi presidida pelo vice-presidente do Conselho, Nicolao Dino.

Relator do procedimento, o subprocurador Francisco Sanseverino destacou que a Polícia Federal não identificou mensagens diretas entre Gonet e Daniel Vorcaro. As referências ao procurador-geral aparecem principalmente em conversas do ex-banqueiro com o advogado Ciro Soares, apontado como intermediário.

“Não se pode examinar frases ou troca de mensagens de forma isolada e ou descontextualizadas para não criar uma situação artificial que não corresponda à realidade dos fatos”, afirmou Sanseverino.

O voto decisivo foi de Nicolao Dino, que afirmou não haver, até o momento, ato atribuído ao procurador-geral destinado a favorecer Vorcaro ou prejudicar as investigações. “Não há um ato que indique que o procurador-geral da República tenha praticado ou deixado de praticar algum ato que viesse beneficiar (...) o senhor Vorcaro”, declarou.

Prévia da inflação oficial de setembro fica em 0,70%

IPCA-15 foi pressionado por devolução do bônus de Itaipu

Da Redação

A prévia da inflação oficial de setembro ficou em 0,70%, a maior desde abril (0,89%). O resultado é uma inversão da deflação (inflação negativa) de agosto, que ficou em -0,40%.

A explicação principal da aceleração está na devolução do bônus de Itaipu, desconto que os consumidores tiveram na conta de luz do mês anterior.

Os dados são do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgado nesta sexta-feira (25) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado, o IPCA-15 soma 4,47% no acumulado de 12 meses. Em agosto, eram 4,24%. Em setembro de 2025, a prévia da inflação marcou 0,48%.

Em 2026, o IPCA-15 acumula 3,82%. Veja mês a mês o comportamento da prévia da inflação no ano:

janeiro: 0,20%
fevereiro: 0,84%
março: 0,44%
abril: 0,89%
maio: 0,62%
junho: 0,41%
julho: 0,06%
agosto: -0,40%
setembro: 0,70%

GRUPOS

Para chegar ao resultado mensal, o IBGE apura o preço de nove grupos de produtos e serviços. Veja como se comportaram os grupamentos:

Habitação: 2,07% (impacto de 0,31 ponto percentual)
Despesas pessoais: 0,96% (0,10 p.p.)
Transportes: 0,60% (0,12 p.p.)
Artigos de residência: 0,55% (0,02 p.p.)
Comunicação: 0,54% (0,02 p.p.)
Vestuário: 0,41% (0,02 p.p.)
Alimentação e bebidas: 0,40% (0,09 p.p.)
Saúde e cuidados pessoais: 0,13% (0,02 p.p.)
Educação: 0,03% (0 p.p.)



Os dados são do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), divulgado na sexta-feira (25) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

BÔNUS DE ITAIPU

A alta no grupamento habitação, o que mais pressionou a prévia, é explicada pela energia elétrica residencial, que subiu 7,42% em setembro, representando o maior impacto individual do índice (0,29 p.p.).

Isso aconteceu porque em agosto, o conta de luz tinha caído 6,25%, beneficiada pelo Bônus Itaipu.

O bônus consiste na distribuição do saldo positivo da conta de comercialização de Itaipu, hidrelétrica estatal, que vira crédito nas contas de energia.

Em setembro, como não teve mais esse desconto, a conta de luz “normal” é comparada com a de agosto, mais baixa, fazendo com que a diferença

de um mês para o outro seja maior. Esse efeito já era esperado pelo IBGE e por analistas.

De acordo com o economista Roberto Luis Troster, coordenador do Centro de Estudos Fipe do Endividamento das Empresas Brasileiras, à primeira vista, o IPCA-15 “assusta”. No entanto, ele calcula que, sem o componentente energia elétrica, o índice passaria de 0,70% para 0,41%.

TRANSPORTE E COMBUSTÍVEIS

No grupo Transportes, o resultado foi influenciado pelas passagens aéreas, que subiram quase 10% (9,82%).

Os combustíveis ficaram 0,22% mais caros, com os seguintes comportamentos de preços:

gás veicular: 1,56%
gasolina: 0,30%
óleo diesel: -0,78%
etanol: -0,22%

ALIMENTOS

No grupo alimentação e bebidas, o subgrupo da alimentação no domicílio subiu 0,38% em setembro. Em agosto havia sido registrada deflação de -0,97%.

AS MAIORES ALTAS NA ALIMENTAÇÃO EM CASA FORAM:

tomate: 20,76%
arroz: 2,39%
carnes: 1,30%
Se destacaram nas quedas: feijão carioca: -6,33%
cebola: -4,41%
café moído: -1,36%

Economistas lançam iniciativa com foco na vida real

Da Redação

Mais de 100 economistas e 60 organizações da sociedade civil lançaram nesta semana a Vida em Conta, uma iniciativa para aproximar o debate econômico das condições concretas de vida da população brasileira. A ação é articulada pela Plataforma Cipó e pela organização Transforma.

A iniciativa destaca que o Brasil alcançou avanços importantes nos últimos anos e retomou, desde 2023, políticas públicas, investimentos e instrumentos de planejamento, com resultados relevantes no combate à fome e à pobreza, na geração de trabalho e renda, na redução do desemprego e da inflação, na proteção ambiental e na recuperação da capacidade de atuação do Estado.

No entanto, alerta que a continuidade dessas conquistas não está assegurada. “Há o risco de retorno a uma agenda que combine restrições permanentes ao investimento público, enfraquecimento dos serviços e das instituições públicas e desonerações tributárias sem contrapartidas claras para o desenvolvimento, comprometendo a proteção social e ambiental, prejudicando o crescimento econômico”, dizem as entidades participantes.

Elas ressaltam ainda que, apesar do crescimento da economia e da melhora dos indicadores sociais no país, parte significativa dos brasileiros ainda enfrenta dificuldades para perceber esses resultados em seu dia a dia.

“O crescimento econômico é fundamental, mas também importa como seus benefícios



Movimento cobra políticas voltadas para a redução da desigualdade

são distribuídos. Uma economia bem-sucedida é aquela que reduz desigualdades e transforma as capacidades e riquezas do país em avanços tecnológicos, empregos de qualidade e melhores condições de vida para a popula-

ção”, afirma a diretora-executiva da Plataforma Cipó, Maiara Folly.

Entre as diretrizes defendidas pela iniciativa estão a redução das desigualdades, colocando o enfrentamento das disparidades de renda,

riqueza, gênero, raça e território no centro do planejamento; a redução do custo de vida; a ampliação do tempo e das condições para uma vida digna; o fortalecimento da soberania tecnológica; e a aceleração da diversificação produtiva para gerar empregos de qualidade.

“O Brasil precisa ter a ambição de definir uma agenda de transformação social diante do novo cenário global. Não podemos ficar presos apenas às discussões fiscais de curto prazo frente às mudanças climáticas, tecnológicas e nos processos de trabalho. Precisamos avançar em uma agenda que nos livre dos retrocessos e garanta oportunidades econômicas e direitos sociais”, destaca o diretor-executivo do Transforma, Marco Antonio Rocha.

PREFEITURA DE BERTIOGA



Área de 48 hectares na Praia de Guaratuba será incorporada a Parque

MPF fecha acordo de R\$ 40 mi por impactos na Riviera, em São Paulo

O Ministério Público Federal (MPF) concluiu acordo com as empresas responsáveis pela Riviera de São Lourenço, em Bertioiga (SP), para compensar impactos ambientais do empreendimento. O termo prevê R\$ 40 milhões em medidas custeadas pelas empresas, sem recursos públicos. A ação, iniciada há cerca de dez anos, apontava irregularidades como retirada ilegal de vegetação de restinga e intervenções em áreas de preservação permanente. Entre as obrigações estão a compra de uma área de 48 hectares na Praia de Guaratuba, avaliada em R\$ 26 milhões, que será incorporada ao Parque Estadual Restinga de Bertioiga; R\$ 8 milhões para regularização do canal de Bertioiga; e R\$ 6 milhões para a construção de prédio administrativo da Capitania dos Portos. O acordo foi homologado pela Justiça Federal e encerrou o processo, estabelecendo as medidas de compensação ambiental.

TSE e PF reforçam segurança nas eleições

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a Polícia Federal definiram o planejamento de segurança para as Eleições 2026. A estratégia prevê ações contra crimes eleitorais, cibernéticos e de ódio, além de violência política e atuação do crime organizado. A reunião, realizada nesta quinta-feira (24), reuniu 253 integrantes da PF. O trabalho inclui inteligência, investigação e segurança no dia da votação. O planejamento também prevê integração entre equipes da PF e a Justiça Eleitoral nos estados durante o pleito.

LUIZ ROBERTO/SECOM/TSE



Sede do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília/DF

MPF debate aplicação da Lei Antifacção

O Ministério Público Federal reuniu procuradores, em Brasília, para discutir a aplicação da Lei Antifacção (Lei nº 15.358/2026) e novos instrumentos de combate ao crime organizado. O encontro tratou de mudanças penais, investigações, bloqueio de patrimônio e cooperação internacional. Em 2025, os Gaecos do MPF realizaram 60 operações, efetuaram 126 prisões e pediram o bloqueio de R\$ 28 bilhões. A estrutura foi reorganizada com oito núcleos regionais, incluindo um em São Paulo, e terá 133 membros dedicados ao tema.

STF dá 60 dias para União e RJ renegociarem dívida

O ministro Dias Toffoli, do STF, deu prazo de 60 dias para União e Estado do Rio de Janeiro negociarem garantias de operações de crédito e a reestruturação da dívida fluminense no âmbito do Propag. Durante o período, ficam suspensas a execução de contragarantias pela União e a aplicação de sanções ao estado por suposto descumprimento de cláusulas relacionadas aos débitos. A decisão foi tomada na ACO 3678.

POR
ANDRE SOUZA E
LUIGI FREIRE (Estagiário)

Concurso de Desenho I

Escolas podem inscrever alunos no Concurso Nacional Infanto-juvenil de Desenho “Juventude Conectada com Direitos: ECA Digital Tá On” até 30 de novembro. O prazo foi prorrogado pelo CNJ e pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. Competição é dividida em categorias para crianças de até 11 anos e adolescentes de 12 a 17 anos.

Concurso de Desenho II

Os desenhos devem ser manuais, individuais e autorais, produzidos em sala de aula, sem uso de IA ou tecnologia. Trabalhos devem abordar direitos de crianças e adolescentes em ambiente digital seguro. Os três primeiros de cada categoria receberão certificados, materiais e notebook. O resultado está previsto para janeiro de 2027.

Tenete-Coronel Indigno I

O Superior Tribunal Militar (STM) decidiu, por unanimidade, declarar tenente-coronel do Exército indigno e determinou a perda do posto e da patente. Decisão ocorreu nesta quarta (23), em julgamento de representação apresentada pela Procuradoria-Geral da Justiça Militar, após condenação definitiva por fraude em 88 licitações.

Tenete-Coronel Indigno II

O oficial participou de 236 atos de peculato-desvio em licitações realizadas entre 2004 e 2005 ligadas a convênios do DNIT com o Instituto Militar de Engenharia. O esquema causou prejuízo de R\$ 11 milhões, atualizado para R\$ 25,71 milhões. Ele foi condenado a oito anos e quatro meses de reclusão. O julgamento foi unânime no STM.

Isenção de ICMS I

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional ato paulista que previa o fim da isenção de ICMS sobre produtos nacionais destinados às Áreas de Livre Comércio nos estados de Rondônia, Acre, Amapá, e Roraima. A decisão considerou que São Paulo não poderia revogar o benefício previsto no Convênio ICMS 52/1992, segundo a PGR.

Isenção de ICMS II

As ADIs foram apresentadas pelos governadores dos quatro estados contra decreto paulista. A maioria do STF seguiu a relatora, ministra Cármen Lúcia, e declarou inconstitucional a regra que previa o fim da isenção. A PGR sustentou que a revogação deve seguir a Lei Complementar 24/1975. O decreto fixava o fim do benefício.

TÂNIA RÉGO/AGÊNCIA BRASIL



Santinhos em vias públicas pode caracterizar propaganda irregular.

Saiba quais condutas podem ser ilícitos e crimes eleitorais

MPF explica regras, punições e como denunciar irregularidades nas eleições

Da **Redação**

Há 6 dias para o 1º turno das eleições, conheça as condutas que podem ser consideradas ilícitos ou crimes eleitorais e as punições previstas para quem desrespeitar as regras da disputa. Abuso de poder, compra de votos, fraude, uso irregular de recursos de campanha e assédio eleitoral estão entre as práticas fiscalizadas pelo Ministério Público Eleitoral.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), nem toda irregularidade eleitoral é crime. Os ilícitos são condutas que violam as regras da disputa e podem resultar em multa, perda do registro de candidatura, cassação do diploma ou mandato e inelegibilidade. Já os crimes eleitorais são infrações previstas na legislação penal e podem levar à prisão. Uma mesma prática pode gerar responsabilização nas duas esferas.

Entre os ilícitos está o abuso de poder, caracterizado pelo uso indevido de recursos financeiros, da estrutura pública ou dos meios de comunicação para influenciar eleitores. Não é necessário comprovar que a prática alterou o resultado da eleição, mas sua gravidade no contexto da disputa.

A compra de votos ocorre quando candidato, ou alguém em seu nome, oferece, promete

ou entrega dinheiro, bens, serviços ou outra vantagem em troca do voto ou apoio político. Segundo o MPF, não é necessário que o benefício seja entregue. A prática pode gerar multa de R\$ 1 mil a R\$ 53 mil e cassação do registro ou diploma. Como corrupção eleitoral, a pena pode chegar a quatro anos de prisão. Também há regras para conteúdos produzidos com inteligência artificial. Deepfakes são proibidas na propaganda eleitoral. A divulgação de fatos inverídicos sobre partidos ou candidatos capazes de influenciar o eleitorado também pode configurar crime.

A fraude à cota de gênero é outro ilícito citado pelo MPF. A legislação determina que partidos reservem pelo menos 30% das candidaturas para mulheres. Se comprovada fraude, a Justiça Eleitoral pode cassar mandatos, anular votos da legenda e declarar responsáveis inelegíveis. O assédio eleitoral também pode configurar crime. São exemplos ameaçar funcionários de demissão por causa do voto, obrigá-los a participar de atos políticos ou usar reuniões de trabalho para fazer campanha.

Denúncias podem ser encaminhadas ao Ministério Público Eleitoral pelo MPF Serviços ou presencialmente nas Salas de Atendimento ao Cidadão.